

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**A ATUALIDADE DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA  
NO BRASIL E UMA EXPERIÊNCIA NA REGIÃO  
METROPOLITANA DE CAMPINAS – O  
ACAMPAMENTO “MILTON SANTOS”**

Aluno: Potiguara Mateus Porto de Lima

Orientadora: M.S. Kellen Maria Junqueira

CURITIBA – PR  
JANEIRO DE 2007

POTIGUARA MATEUS PORTO DE LIMA

**A ATUALIDADE DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA  
NO BRASIL E UMA EXPERIÊNCIA NA REGIÃO  
METROPOLITANA DE CAMPINAS – O  
ACAMPAMENTO “MILTON SANTOS”**

Monografia apresentada como requisito final à conclusão do Curso de Especialização em Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa, do Departamento de Fitotecnia e Fitossanitarismo da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: M.S. Kellen Maria Junqueira

CURITIBA – PR  
JANEIRO DE 2007

## TERMO DE APROVAÇÃO

POTIGUARA MATEUS PORTO DE LIMA

A ATUALIDADE DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E UMA  
EXPERIÊNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – O  
ACAMPAMENTO “MILTON SANTOS”

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de especialista do  
Curso de Especialização em Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa, da  
Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

  
Dr<sup>a</sup>. Kellen Maria Junqueira  
UNICAMP

  
Prof. Dr. Roberto Testezlaf  
UNICAMP

  
Prof. Dr<sup>a</sup>. Giselle Avila Leal de Meirelles  
UFPR Litoral

Curitiba, 29 de janeiro de 2007

## SUMÁRIO

Índice de tabelas.....	4
Resumo .....	5
Introdução.....	6
Capítulo I. Considerações sobre a questão agrária e história do Brasil .....	11
Uma contextualização da questão agrária sobre os marcos do sistema capitalista de produção .....	11
A questão agrária na história do Brasil.....	13
Modelo agrícola e modelo econômico .....	17
A estruturação da agricultura em conflito com os interesses da sociedade.....	20
A submissão da agricultura à indústria e ao capital financeiro.....	21
O desempenho da agricultura familiar .....	23
Considerações sobre a resistência ao modelo agrícola hegemônico .....	25
A história de Canudos: algumas lições a serem aprendidas .....	27
A resistência e as perspectivas de luta em nossos dias.....	29
A atualidade da Reforma Agrária.....	30
A insustentabilidade de um sistema e a necessidade do fim da exploração capitalista....	32
Capítulo II. Sobre o trabalho de campo.....	34
A opção pela história oral.....	34
Cultura oral e cultura escrita.....	36
A história oral nas entrevistas: pressupostos e implicações .....	37
A escolha do tema e a estruturação das entrevistas.....	39
Considerações sobre memória .....	42
O contexto de realização das entrevistas e os desafios colocados para a interpretação dos registros realizados.....	44
Capítulo III. “Milton Santos”: na região, nos sonhos, na luta .....	48
Sobre a Região Metropolitana de Campinas (RMC) .....	48
Histórico e Urbanização na RMC .....	51
A ação do MST na região .....	52
A preparação e a ocupação .....	52
O engajamento na luta e as perspectivas .....	56
Considerações finais.....	61
Referências Bibliográficas.....	64
Anexos.....	67
Anexo 1. Transcrição de entrevista com militante do MST sobre a história da Secretaria Regional do MST de Campinas .....	67
Anexo 2. Transcrição de entrevista com moradora do “Milton Santos” sobre a história do Acampamento .....	76

## Índice de tabelas

Tabela 1. Desempenho do Agronegócio na Balança Comercial Brasileira comparado ao resultado geral da Balança Comercial no país	18
Tabela 2. Desempenho do Agronegócio na Balança Comercial Paulista comparado ao resultado geral da Balança Comercial no estado	19
Tabela 3. Síntese da estrutura fundiária	24
Tabela 4. Distribuição do valor da produção	24
Tabela 5. Estrutura Fundiária da Região Metropolitana de Campinas,2003	52

## Resumo

Este trabalho procura compreender o contexto de surgimento do Acampamento “Milton Santos”, que se encontra entre os municípios de Americana e Cosmópolis/SP.

Realizamos um debate geral a respeito da luta pela terra e pela Reforma Agrária, relacionando essas lutas a uma reflexão sobre a questão agrária. Esta, no ponto de vista que adotamos, se coloca no contexto de desenvolvimento e superação do sistema capitalista de produção. Abordamos, assim, a história da agricultura no Brasil sob a perspectiva dos antagonismos e contradições que seu desenvolvimento revela.

O trabalho de campo permitiu que realizássemos registros orais e reuníssemos informações a respeito do Acampamento e de seus moradores. Os trechos das entrevistas apresentados e analisados revelaram algumas das motivações que levaram indivíduos a se engajarem nesse processo de luta pela terra. Dessa forma, procuramos reunir elementos subjetivos aos elementos de ordem econômica e social, produzindo assim uma contribuição para a compreensão da história do acampamento “Milton Santos” que se constituiu como um importante marco na atuação que o MST vem realizando na Região Metropolitana de Campinas.

Palavras-chave: Questão agrária, MST, Região Metropolitana de Campinas, Acampamento “Milton Santos”.

## Introdução

O Acampamento “Milton Santos” nasceu na madrugada de um sábado, dia 12 de novembro de 2005, a partir de uma ocupação de terras na cidade de Limeira. O nome do Acampamento foi escolhido na primeira assembléia, realizada nesse mesmo dia. Acompanhei<sup>1</sup> o processo de escolha do nome, achando interessante a decisão tomada. Esse nome homenageia um intelectual brasileiro, falecido em 2001, que deixou um importante legado, relacionado ao entendimento do território e das forças sociais que atuam sobre ele, além de outras contribuições teóricas no campo da geografia. Naquele momento não imaginava que viria a escrever uma monografia sobre o processo de luta que se desenrolou a partir daquela ocupação. Parece uma ironia que agora a esteja apresentando e que para isso tenha me utilizado das contribuições teóricas do próprio Milton Santos. A vida tem dessas ironias.

A partir disso, destaco que meu envolvimento com o MST e com o próprio Acampamento “Milton Santos” precede minha participação nesse Curso de Especialização, ao qual me inseri preenchendo a vaga de um aluno que desistiu do curso em abril de 2006.

Aproveito ainda esse espaço introdutório para falar brevemente desse envolvimento.

Apesar de alguns questionamentos anteriores e de vínculos pessoais com o universo rural, assim como grande parte dos brasileiros, só comecei a investigar os problemas, desafios, lutas e reivindicações da agricultura familiar camponesa em 2001, quando ingressei no Curso de Graduação em Biologia na Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP.

Um grupo de estudantes intitulado “Viveiro Guapuruvu”<sup>2</sup> realizava periodicamente plantios de mudas nativas no Assentamento de Sumaré II, localizado no município que tem o mesmo nome e fica na região de Campinas/SP. No final de 2001 e começo de 2002 tive a primeira oportunidade de conhecer esse espaço rural, fruto de um processo de luta popular organizada. Configurou-se naquele espaço, o assentamento de famílias em terras que

---

<sup>1</sup> Como trata, em grande parte, de experiências pessoais, esse primeiro capítulo foi escrito em primeira pessoa do singular. No restante do trabalho foi feita a opção pela terceira pessoa, que indica melhor o caráter dialógico das reflexões que elaboramos.

<sup>2</sup> Esse grupo, fundado em 1999 por estudantes da Biologia da UNICAMP se articulava em torno de atividades de recuperação de áreas degradadas, realizando plantios de mudas (em geral, nativas) e estudos sobre o tema.

vinham sendo continuamente arrendadas para plantio de cana. Isto aconteceu no início da década de 80

A experiência de mutirões para reflorestamento de áreas no interior do Assentamento se mostrou bastante interessante para que se construísse uma relação mais sólida entre estudantes universitários e os agricultores dessa comunidade. Esses mutirões continuaram sendo realizados até o ano de 2004 e participei da maioria deles.

Nos dias de plantio almoçávamos junto com assentados que participavam das atividades de plantio das mudas. Dentre eles, destaco a figura especial da dona Cida Segura (*in memorian*), importante liderança que participou desde o início da luta que culminou na criação do Assentamento de Sumaré II. Os almoços eram seguidos de bate-papos, que certamente foram muito importantes para o processo de formação política e de vida dos estudantes que passaram por lá. Pudemos ver na prática a experiência de um Assentamento consolidado e ouvir as histórias dos moradores que, entre outras lições, relatavam uma melhora da qualidade de vida. Das periferias da região metropolitana de Campinas, aquelas famílias passaram a um espaço organizado por elas mesmas e tinham possibilidades de emprego e geração de renda a partir do trabalho na terra.

Esse tipo de experiência também é fundamental para desmistificar a imagem que a grande mídia continuamente procura construir dos movimentos sociais que contestam a ordem vigente e, principalmente, do MST. Não encontro neste nem em outros assentamentos e acampamentos que conheço, a baderna e a vadiagem, tantas vezes divulgadas pelos meios de comunicação de massas.

Além da experiência com o Assentamento de Sumaré II nos plantios, tive a oportunidade de participar do projeto educacional e cursinho pré-vestibular “Cio da Terra”, que desde 2002 acontece neste mesmo Assentamento. Este projeto educacional conta com espaços de planejamento, avaliação e reuniões de organização das atividades cotidianas. As aulas do projeto acontecem de segunda a sexta à noite na sala de aula da escola do Assentamento. Participei desse projeto nos anos de 2003 e 2004. Dessa forma, pude conhecer melhor os desafios do cotidiano da vida no Assentamento. Além disso, pude contribuir na formação dos assentados bem como de outras pessoas da região (as aulas eram abertas a quem quisesse participar). As experiências como professor de biologia me favoreceram ainda amadurecer a minha experiência docente.

Em 2003 também tive uma experiência importante trabalhando com educação infantil e de adultos no Acampamento “Carlos Marighella” em Sandovalina/SP, na região do Pontal do Paranapanema. Essa é uma das regiões de maiores conflitos de terra no Brasil. É uma região de terras griladas<sup>3</sup> e por isso os movimentos sociais reivindicam continuamente desapropriações das fazendas em situação irregular. Os fazendeiros da região mantêm suas posses através da forte influência que exercem nas diferentes esferas de poder<sup>4</sup> e da repressão armada que realizam sobre os movimentos sociais, como pude presenciar pessoalmente em agosto de 2004. Nessa ocasião, um grupo de homens contratados por um fazendeiro da região tentou, através de disparos de espingarda, impedir uma ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O trabalho educativo em uma região marcada pela violência e pela carência material, situação ainda mais acentuada neste acampamento, foi uma lição importante no que se refere à compreensão das dificuldades enfrentadas pela luta popular no campo.

A partir de 2004, passei a participar do Núcleo pela Reforma Agrária “Carlos Marighella” que congrega estudantes de diversos cursos da UNICAMP. O grupo tem organizado estudos sobre a questão agrária e a luta dos movimentos sociais, além de promover debates na Universidade e fazer contatos periódicos com acampamentos, assentamentos e com a Escola Nacional Florestan Fernandes<sup>5</sup>

Em 2005 contribuí, com outros companheiros e companheiras da Universidade nas reuniões realizadas nas periferias da região metropolitana de Campinas que resultaram na organização do acampamento “Milton Santos”. Desde então, tenho colaborado de diferentes maneiras com a organização desse acampamento. Junto ao Núcleo “Carlos Marighella”, organizamos o apoio de estudantes da Unicamp a este acampamento, através

---

<sup>3</sup> “Terras griladas” é uma designação comumente utilizada para terras cujas posses não tem legalidade jurídica.

<sup>4</sup> Como exemplo temos a recente aprovação de uma lei pela Assembléia Legislativa proposta pelo ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que abriu a possibilidade de regularização de terras griladas de até 500 hectares (“Deputados aprovam projeto que regulariza terra grilada no Pontal”, FOLHA DE S. PAULO 27/11/03).

<sup>5</sup> A Escola Nacional Florestan Fernandes foi inaugurada em janeiro de 2005 e tem como objetivo principal ser um espaço de formação política para os militantes do MST e de outros movimentos sociais. Inúmeros estudantes, professores universitários e intelectuais brasileiros têm contribuído nos cursos que são oferecidos pela Escola. Alguns desses cursos são realizados em parceria com Universidades e reconhecidos pelo MEC.

de uma campanha de arrecadação de alimentos, em 2005, e de visitas às áreas ocupadas<sup>6</sup>. Mais recentemente, no segundo semestre de 2006, organizamos um conjunto de oficinas de formação política que teve como tema geral: “Como funciona a sociedade”.

Eu, pessoalmente, pude acompanhar mais de perto e contribuir desde o começo com a organização interna do acampamento. Assim, ajudei a secretaria recém-formada do acampamento na realização do primeiro censo dos que estavam participando da luta, na primeira área ocupada, em novembro de 2005. No primeiro semestre de 2006, realizei algumas oficinas de discussão sobre: história da luta pela terra, cooperação e agroecologia. Além disso, contribuí no início de 2006 com o setor de produção na demarcação das primeiras áreas de cultivo dos grupos, assim como das que eram comum a todo o acampamento<sup>7</sup>.

Em abril de 2006 surgiu a proposta de ingressar no Programa “Residência Agrária”. Conversei com a direção regional do Movimento e decidi pelo ingresso no Programa. Os laços que eu já havia construído com o acampamento, com as famílias e com o MST foram decisivos na opção de entrar em um Programa que já estava em andamento. A partir de então, procurei conciliar as experiências e os trabalhos que já vinha realizando no acampamento<sup>8</sup> com uma proposta de trabalho para o Programa, a qual também avaliei junto a alguns assentados e militantes do MST.

Inicialmente havia a proposta de produção de um vídeo-documentário abordando a história do acampamento, sob a ótica das famílias que participaram dessa luta. Planejei-me e realizei atividades visando a produção desse vídeo. Entretanto, não contava que, a partir de junho (portanto dois meses após meu ingresso no programa) não receberia mais as

---

<sup>6</sup> Ao todo foram três visitas. Em novembro de 2005 para a primeira ocupada, em Limeira. Em dezembro de 2005 para a segunda área (Fazenda Santa Júlia) também em Limeira. E uma terceira visita em 2006 para a área em que o acampamento veio a se consolidar como pré-assentamento em abril de 2006.

<sup>7</sup> Mesmo depois que entramos no programa de Residência Agrária, continuamos participando das atividades do acampamento, como a reorganização do acampamento (nova distribuição dos núcleos e famílias pela área) no segundo semestre. Também continuamos participando na medida do possível das reuniões de núcleos, da coordenação geral do acampamento e das assembléias (foto em anexo).

<sup>8</sup> O acampamento já era chamado em 2006 de pré-assentamento pelo INCRA, mas, apesar disso, usaremos o termo acampamento, considerando a situação não definitiva do assentamento das famílias como uma situação que é efetivamente de um acampamento. Segundo Bergamasco, “de uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícolas, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra” (Bergamasco, 1996, P.7)

bolsas e ajudas de custo para a realização dos trabalhos<sup>9</sup>. A partir dessas circunstâncias, o planejamento inicial ficou seriamente comprometido. Tive que abandonar a realização do vídeo como parte das atividades previstas em meu projeto<sup>10</sup>, o que foi lamentável, pois a forma escrita é muito menos acessível à comunidade do acampamento (e à população, em geral). Espero, no entanto, que esse trabalho também possa ser lido por essas pessoas.

O texto tem três capítulos. O primeiro abordara momentos e aspectos centrais da questão agrária no Brasil. No segundo capítulo há uma discussão a respeito do trabalho de campo realizado, dentro dos referenciais metodológicos utilizados aliados às experiências que tivemos no decorrer do trabalho. No terceiro capítulo, foi feita uma breve descrição da Região Metropolitana de Campinas e esboçada a trajetória de atuação do MST nesta Região nos últimos anos. Dentro dessa trajetória, insere-se a história do acampamento “Milton Santos”, a qual está descrita em mais detalhes nesta parte. Por último, são apresentados e discutidos alguns trechos das entrevistas realizadas com acampados e acampadas relacionando aspectos das vidas e visões de mundo desses entrevistados com aspectos da luta em que se engajaram.

Espero que as discussões apresentadas nesse trabalho possam contribuir para recolocarmos o debate, para o conjunto da sociedade brasileira, sobre a necessidade da Reforma Agrária e transformações sociais profundas em nosso país. Esse primeiro intuito acompanha outro, também tratado nesse texto, de valorização da existência humana como fim e condição para edificarmos outra sociedade sobre os escombros da sociedade atual.

---

<sup>9</sup> Uso a primeira pessoa do plural porque todos os estudantes do programa na região sul-sudeste, vinculados às quatro universidades (UFRRJ, Unicamp, UFPR e UFSM) participantes do Residência Agrária, tiveram suas bolsas e ajudas de custo suspensas. Até a conclusão dessa monografia, na primeira quinzena de janeiro, a situação do pagamento retroativo dos benefícios ainda não havia sido regularizada.

<sup>10</sup> É possível que o projeto do vídeo seja retomado nos próximos meses de maneira voluntária, com o apoio de alguns colegas.

## **Capítulo I. Considerações sobre a questão agrária e história do Brasil**

### ***Uma contextualização da questão agrária sobre os marcos do sistema capitalista de produção***

Procuraremos nesse primeiro momento fornecer alguns elementos teóricos que situam nosso referencial para a discussão da questão agrária. Em linhas gerais procuraremos descrever como enxergamos o sistema capitalista de produção e a relação que seu desenvolvimento estabelece com a questão agrária<sup>11</sup>. Alguns autores, cuja matriz teórica é o marxismo, foram fundamentais para que construíssemos essa concepção que apresentamos a seguir.

O Brasil constituiu-se enquanto nação com uma economia primário exportadora. Somente ao longo do século XX, ocorre um processo de industrialização, que se intensificou a partir da década de 30. Se extrapolarmos nossas reflexões para o conjunto das sociedades ocidentais, também perceberemos a pertinência do debate da questão agrária tendo em vista o processo de substituição de sociedades marcadas por uma vida agrícola para sociedades urbanizadas.

Esse processo de substituição da hegemonia do campo por uma hegemonia da vida e das atividades urbanas pode ser explicado pelo próprio desenvolvimento capitalista. Esse sistema de produção se assenta sobre a produção de mercadorias, que se potencializa após a Revolução Industrial. Através dos processos de agregação de valor às mercadorias e serviços, há a expropriação da mais-valia dos trabalhadores, de onde decorre o lucro, através da qual o capital pode se reproduzir de maneira ampliada.

Após a Revolução Industrial, as indústrias tornam-se os centros de excelência para a reprodução do capital. É nelas que a maior parte da riqueza material das sociedades passa a ser produzida e onde os capitalistas vão concentrando as riquezas produzidas. Como consequência dessa transformação uma contradição social vai se acentuando na sociedade.

---

<sup>11</sup> Questão agrária é aqui entendida na perspectiva em que LOURENÇO (2001) e GRAZIANO DA SILVA (1980) apresentaram essa problemática não como uma questão de produção agrícola apenas, mas incluindo também o conjunto de relações sociais relacionadas à produção agrícola.

Em concordância com o avanço tecnológico, os processos de produção vão se tornando cada vez mais eficientes, entretanto, toda a riqueza (crescentemente) gerada pela classe trabalhadora nesses processos vai se concentrando nas mãos de uma pequena parcela da sociedade que controla os meios de produção. Dessa forma, surgem e amadurecem os anseios por uma socialização da riqueza material produzida pelo conjunto da classe-que-vive-do-trabalho<sup>12</sup>. Esses anseios se intensificam na medida em que a exploração capitalista comprime direitos básicos dos trabalhadores, nos sistemas empresariais, e de toda a população, por meio do aparato do Estado, para garantirem taxas de lucro compatíveis com uma alta remuneração do capital investido.

O debate da questão agrária ocorre em diversos momentos históricos, como no antigo império romano em que os marcos dessa problemática se dava a partir do modo de produção daquela sociedade, o escravismo, e dos antagonismos de classe decorrentes desse sistema de produção. Hoje, porém, a contextualização desse debate se dá sobre os marcos do sistema capitalista de produção. Esse sistema é marcado pelo antagonismo entre capital e trabalho e seus agentes. De um lado temos os que detêm o capital e como consequência controlam os meios de produção, os capitalistas. De outro, aqueles que movem os meios de produção, gerando a riqueza das sociedades, os trabalhadores. Esse conjunto de seres humanos, em função de suas diferentes posições na dinâmica da sociedade, constituem duas classes sociais, a burguesia e o proletariado.

O movimento socialista surge no seio do proletariado com o objetivo de, a partir de uma revolução sócio-econômica, reorganizar a sociedade em outras bases, visando o fim da exploração do trabalho e a socialização de toda riqueza produzida.

A questão agrária colocada no capitalismo, do ponto de vista socialista, se engendra, portanto, em um debate sobre a própria evolução desse sistema social e sua superação. Mais particularmente, no caso do universo rural, procura-se entender como as atividades agrícolas e as relações sociais no campo se reestruturam frente ao papel que este universo vem adquirindo em relação ao urbano e ao conjunto da economia e da sociedade. Qual é o papel que a agricultura tem desempenhado no desenvolvimento da sociedade capitalista? A compreensão do movimento histórico nos leva à perceber os condicionantes que o

---

<sup>12</sup> “A classe-que-vive-do-trabalho” é um conceito que ANTUNES (1999) usa como sinônimo do conceito

capitalismo traz para uma nova organização não só da sociedade urbana, mas também do campo. Compreendendo a estrutura da sociedade poderemos propor e realizar a mudança do movimento histórico, pois não há processos revolucionários sem uma sólida teoria que os impulse.

A problemática agrária tem sido discutida às últimas conseqüências por setores comprometidos com uma superação do sistema social capitalista, em função do que levantamos alguns pontos centrais para o entendimento desta questão.

### ***A questão agrária na história do Brasil***

A maneira como cada ciclo econômico foi estruturado e a lógica geral que perpassou cada um deles definiu as raízes que constituíram a estrutura social brasileira.

No início do processo de invasão das terras sul-americanas por Portugal, praticamente não houve a implantação de atividades econômicas. Logo, entretanto, os portugueses tiveram que iniciar o processo de usurpação de toda riqueza produzida neste território. Essas atividades foram requisitadas em um primeiro momento para que Portugal legitimasse o domínio das novas terras frente às outras nações européias. Na época, Portugal ainda tinha seus recursos voltados para o comércio de especiarias asiáticas, não compensando deslocar esses recursos para novas atividades nas Américas. A solução encontrada pelo governo português marca o início do processo efetivo de constituição da economia e da sociedade brasileira.

“(…) Das medidas políticas que então foram tomadas resultou o início da exploração agrícola das terras brasileiras, acontecimento de enorme importância na história americana. De simples empresa espoliativa e extrativa - idêntica à que na mesma época estava sendo empreendida na costa da África e nas Índias Orientais - a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva européia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu” (Furtado, 1971, p.8).

---

clássico de classe trabalhadora formulado por Marx.

O processo de exploração agrícola das terras brasileiras passará, a partir do próprio século XVI, a ter uma importância crescente para a decadente monarquia portuguesa. A segunda metade do século XVII já revela uma relação completamente diferente daquela que Portugal construíra com o Brasil no momento do descobrimento<sup>13</sup>. O empobrecimento crescente da outrora importante potência marítima européia, trouxe consequências profundas a relação que Portugal passou a estabelecer com sua mais promissora colônia. Para a coroa portuguesa, tornou-se central um controle da colônia que lhe garantisse o máximo de apropriação das riquezas que ela viesse a gerar. Para tanto engendrou-se um sistema de administração política condizente com esses interesses, a partir de uma progressiva centralização do mesmo pela monarquia portuguesa. A funcionalidade dessa centralização residiu sobretudo na canalização para a metrópole de recursos advindos da tributação das atividades existentes e em um aparato coercitivo que garantisse as condições para esse processo de apropriação econômica<sup>14</sup>.

As consequências do chamado pacto colonial, que previa exclusividade de comércio da colônia com a metrópole, resumidamente fizeram do Brasil um instrumento de manutenção das regalias de uma decadente nobreza portuguesa, às custas de um sufocamento institucional da economia colonial. Esse pacto marcou, ainda no início de seu desenvolvimento, a condição, que até hoje não foi superada, de subserviência aos interesses

---

<sup>13</sup> “(...)Portugal sairia arruinado da dominação espanhola (1580-1640); a sua marinha destruída, o seu império colonial esfacelado. Os Países-Baixos e a Inglaterra, com que a Espanha estivera em luta quase permanente, ocuparão para não mais a devolver, boa parte das possessões portuguesas. Estava definitivamente perdido para Portugal o comércio asiático; as pequenas colônias que ainda conservará no Oriente não têm expressão apreciável. Efetivamente só lhe sobriariam do antigo império ultramarino, o Brasil e algumas posses na África. Estas aliás só valerão como fornecedoras de escravos para o Brasil.” (Prado Jr, 1962, p.49)

<sup>14</sup> Um ponto alto dessa política metropolitana foi a instituição dos derrames nas regiões de mineração. Quando o produto da tributação (a quinta parte de toda a produção) não atingia uma quota mínima estipulada previamente, as autoridades procediam ao derrame em determinadas localidades.

“ (...) Quando o quinto arrecadado não chegava a estas 100 arrobas, procedia-se ao derrame, isto é, obrigava-se a população a completar a soma. Os processos para consegui-lo não tinham regulamente especial. Cada pessoa, minerador ou não, devia contribuir com alguma coisa, calculando-se mais ou menos ao acaso suas possibilidades. Criavam-se impostos especiais sobre o comércio, casas de negócio, escravos, trânsito pelas estradas, etc. Qualquer processo era lícito contanto que se completassem as 100 arrôbas do tributo. Pode-se imaginar o que significava isto em violências e abusos. Cada vez que se decretava um derrame, a capitania atingida entrava em polvorosa. A força armada se mobilizava, a população vivia sob o terror; casas particulares eram violadas a qualquer hora do dia ou da noite, as prisões se multiplicavam. Isto durava não

de elites político-econômicas mundiais. Depois de girar em torno dos interesses da coroa portuguesa, o fez em relação ao Império inglês e em seguida passou a atender aos interesses dos grandes monopólios produtivo-financeiros, principalmente norte-americanos.

Outra marca fundamental do desenvolvimento da agricultura brasileira é o latifúndio.

“O termo latifúndio deriva do latim *latifundiu*. Na antigüidade, era o grande domínio privado da aristocracia, já no sentido moderno, é um regime de propriedade agrária caracterizado pela concentração desequilibrada de terras pertencentes a poucos proprietários com escasso ou inexistente aproveitamento físico destas. Ou seja, os latifúndios são extensas propriedades rurais onde existe uma grande proporção de terras não cultivadas e são exploradas com tecnologia obsoleta e de baixa produtividade.”<sup>15</sup>

Possuir terras na sociedade brasileira, desde o começo, representou ter *status* e poder político. A ostentação deste *status* e o exercício do poder político sempre foram limitados a uma pequena parcela da população. A concentração fundiária se consolidou como uma marca do sistema agrário brasileiro. Em texto recente, o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, a partir de dados de 2003 (Incra), comenta que “a soma das 27 maiores propriedades existentes no país, atinge uma superfície igual a aquela ocupada pelo Estado de São Paulo” (Oliveira, 2003). Essas 27 propriedades têm juntas, portanto, cerca de 24,88 milhões de hectares. Ainda segundo esse autor, uma propriedade pertencente ao grupo Jari S/A tem área superior ao estado de Sergipe, que tem 2,2 milhões de hectares.

Essa estrutura é fruto do histórico de ocupação do território brasileiro. A primeira tentativa de ocupação efetiva das terras brasileiras se deu pela política das capitâneas hereditárias.

“O plano, em suas linhas gerais, consistia no seguinte: dividiu-se a costa brasileira (o interior, por enquanto, é para todos os efeitos desconhecido), em 12 setores lineares com extensões que variavam entre 30 e 100 léguas<sup>16</sup>. Estes setores se chamarão capitâneas (negrito), e serão doadas a titulares que gozarão de grandes regalias e poderes soberanos: caber-lhes-á nomear autoridades administrativas e juizes em seus respectivos territórios, receber taxas e impostos, distribuir terras, etc. O rei conservará apenas direitos de suserania semelhantes aos que vigoravam na Europa feudal. Em compensação, os donatários das capitâneas arcarão com todas as despesas de transporte e estabelecimento de povoadores” (Prado Jr., 196, p 31-32).

---

raro muitos meses, durante os quais desaparecia toda e qualquer garantia pessoal. Todo mundo estava sujeito a perder de uma hora para outra seus bens, sua liberdade, quando não sua vida (Prado Júnior, 1962, p.60).

<sup>15</sup> <http://pt.wikipedia.org/wiki/Latif%C3%BAndio>.

<sup>16</sup> Uma légua corresponde a aproximadamente 6 quilômetros.

Podemos notar os fartos incentivos que a coroa portuguesa ofereceu para os 12 pretendentes para colonizarem o novo território. Tanto os donatários, como mais tarde os governadores gerais e seus subordinados, ofereciam largos domínios de terras para os que se propusessem a arriscar suas posses e até suas vidas na empreitada de ocupação das terras brasileiras.

A expectativa de atividade econômica a ser realizada no Brasil, desde o princípio, era a produção de açúcar. O clima, com altas temperaturas e grande umidade, era propício para a cultura da cana-de-açúcar. Essa atividade exigia, como condição de viabilidade, extensas plantações. Dessa forma, desde a primeira atividade econômica, há a associação entre a grande propriedade e a monocultura.

Funda-se, então, na colônia brasileira o “plantation”, estilo de agricultura que reunia consigo o latifúndio, a monocultura, o trabalho escravo e era voltado para a exportação.

Além do já exposto, outra marca do processo de colonização brasileira foi o legado da escravidão. O trabalho escravo perdurou no Brasil oficialmente até 1880. A subserviência do trabalhador, aquele que produz os valores e todas as riquezas materiais de uma sociedade, é uma característica intrínseca do regime capitalista de produção. A escravidão acentua esse processo de subserviência, incorporando na cultura relações servis incompatíveis com qualquer concepção de direitos humanos que se conheça neste século<sup>17</sup>.

O Brasil conviveu com a realidade do trabalho escravo institucionalizado durante mais da metade de sua existência<sup>18</sup>. Isso marcou profundamente a configuração da sociedade brasileira. Pesquisas recentes mostram a permanência do preconceito na sociedade brasileira. Segundo Lourenço (2001) a defesa da abolição da escravidão não se deu, para parte significativa dos expoentes políticos brasileiros do século XIX, tendo em vista a defesa da liberdade ou de princípios humanitários. Outrossim em função de uma forte hegemonia do liberalismo na definição dos rumos da sociedade brasileira naquele momento. Isso impediu com que o processo de abolição fosse realizado baseando-se em medidas de reconhecimento do valor intrínseco à própria condição humana dos negros e de

---

<sup>17</sup> Vide Declaração Universal dos Direitos do Homem (Onu, 1948). Muitos dos direitos declarados são continuamente desrespeitados pela própria lógica do regime totalitário do capital. O capitalismo pressupõe que os seres humanos participem de relações sociais que deslegitimam praticamente toda a declaração.

<sup>18</sup> Os primeiros escravos foram trazidos provavelmente nas primeiras expedições portuguesas de exploração ainda na década de 1530. Até a abolição são, portanto, cerca de 350 anos.

medidas de retratação profundas em relação a toda exploração e humilhação pela qual haviam passado<sup>19</sup>.

Mesmo com a exclusão oficial do trabalho escravo em 1880, a estrutura e lógica da agricultura brasileira continuam assentadas no tripé latifúndio, monocultura e exportação. A exploração dos escravos foi substituída pela exploração de trabalhadores assalariados e temporários, o que perdura até nossos dias. Há relatos recentes de exploração de trabalhadores no corte de cana na região de Ribeirão Preto, entre outras denúncias pelo restante do país. Também são recorrentes os casos de trabalho escravo<sup>20</sup>.

### **Modelo agrícola e modelo econômico**

A manutenção desse modelo de agricultura não se deu sem grandes sacrifícios dos trabalhadores do campo, dos negros e da população indígena. Porém, nos diferentes momentos históricos a elite brasileira justificou tal modelo como necessário para o desenvolvimento do país. A elite econômica, seus meios de comunicação e seus agentes justificam a manutenção desse modelo agrícola em prol de um suposto crescimento econômico para o país. Dessa forma, as perspectivas de transformação da estrutura agrária brasileira não são pautadas como fundamentais.

Efetivamente, a estrutura agrária atual, com a permanência de grandes latifúndios exportadores de *commodities*<sup>21</sup> é um pilar da economia brasileira. Porém, não estamos

---

<sup>19</sup> Resgatando alguns documentos da época podemos acompanhar algumas defesas do fim da escravidão que reforçam os estigmas de inferioridade da raça negra. Em LOURENÇO (2001) há o resgate de alguns desses documentos.

“Ou os indivíduos da raça negra têm uma conformação cerebral que os torna estúpidos ou esta estupidez seja o resultado da escravidão e do interesse que julgam dever ter os senhores a que eles desenvolvam pouco as suas faculdades intelectuais, o que é mais natural; seja, finalmente, o que quer que for, o fato é que os negros são de uma estupidez, de uma incúria e imprevisão que revolta; eles vegetam no estado o mais vizinho do mais bruto animal e para sofrê-los é necessário uma paciência mais que humana” BURLAMARQUE (1803-1866) apud LOURENÇO (2001), p.158.

<sup>20</sup> Os participantes da 2ª Conferência Interparticipativa sobre Trabalho Escravo e Superexploração em Fazendas e Carvoarias, realizada de 16 a 18 de novembro de 2006 em Açailândia (MA) constatam que “Apesar de mais de 16 mil trabalhadores terem sido libertados nesses últimos quatro anos, continuam sendo registradas denúncias envolvendo cerca de oito mil pessoas submetidas à condição de escravos anualmente - mais da metade delas permanecendo sem fiscalização” (<http://www.cptnac.com.br/?system=news&eid=165>).

<sup>21</sup> O termo designa tipos particulares de mercadorias em estado bruto ou produtos primários de grande importância no comércio internacional. Laranja, cana-de-açúcar, cobre e café são exemplos de *commodities*.

falando de uma economia soberana que atende às necessidades de sua população, mas sim de uma economia subserviente aos interesses da globalização capitalista.

Podemos acompanhar dados recentes sobre a alta contribuição do agronegócio<sup>22</sup> para a balança comercial. Segundo dados do Instituto de Economia Agrícola do estado de São Paulo, a participação do agronegócio na balança comercial do estado e do país teve um avanço significativo entre 1997 e 2003.

Tabela 1. Desempenho do Agronegócio na Balança Comercial Brasileira comparado ao resultado geral da Balança Comercial no país

Ano	Saldo da Balança Comercial/ Saldo da Balança Agronegócio	Exportações gerais/ Exportações do agronegócio	Importações/ Importações do agronegócio
1997	-6,8/+14,7	53,0/23,9	59,7/9,2
2003	+24,8/+25,9	73,1/31,1	48,3/5,2
2006*	46,7/42,7	---/49,4	---/6,7

Fonte: IEA (2005).

\*Os dados referentes a 2006 foram retirados da reportagem "Agronegócio responde por 93% do saldo comercial" Folha de S. Paulo, 06/01/07.

Tabela 2. Desempenho do Agronegócio na Balança Comercial Paulista comparado ao resultado geral da Balança Comercial no estado

Ano	Saldo da Balança Comercial/ Saldo da Balança Agronegócio	Exportações gerais/ Exportações do agronegócio	Importações/ Importações do agronegócio
1997	-10,7/+1,9	18,1/5,8	28,5/3,9
2003	+2,8/+5,8	23,1/7,2	20,3/2,0

Fonte: IEA (2005).

Dentro da atual lógica da economia brasileira, o agronegócio tem um papel importante. Ele gera divisas que cumprem uma importante função no equilíbrio da balança

<sup>22</sup> Agronegócio é entendido aqui como o conjunto dos negócios relacionados com a agricultura, do ponto de

de pagamentos brasileira<sup>23</sup>. Uma balança de pagamentos negativa traz consequências difíceis para a organização da economia, como uma sobrevalorização monetária.

É importante para a União um bom desempenho do agronegócio para que se mantenha a política econômica escolhida<sup>24</sup>.

É interessante verificarmos essa relação entre agricultura e política econômica, pois é a partir desta relação que teremos a organização da produção agrícola no país e em alguns estados, particularmente no estado de São Paulo.

Em números absolutos tivemos os seguintes resultados para os principais produtos exportados pelo agronegócio no Brasil em 2003 (em bilhões de US\$)<sup>25</sup>:

Cereais, leguminosas, oleaginosas: 8,76

Produtos florestais: 5,70

Bovinos: 4,14

Suínos e Aves: 2,53

Cana e Sacarídeos: 2,33

Esses cinco grupos de produtos representaram nesse ano, 75,4% do valor das exportações e 76,6% do superávit<sup>26</sup> do agronegócio nacional.

Os números absolutos quanto ao estado de São Paulo em 2003 são os seguintes (em bilhões de US\$)<sup>27</sup>:

Bovinos: 1,61

Cana e Sacarídeos: 1,52

---

vista econômico.

<sup>23</sup> Ele estabiliza o conjunto das transações econômicas garantindo um saldo positivo entre os recursos econômicos que entram e saem do Brasil. A balança comercial é um componente fundamental da balança de pagamentos.

<sup>24</sup> Dessa forma o Estado brasileiro, por meio da União, pode continuar cumprindo sua função de remunerar o capital financeiro através da destinação de parte significativa do orçamento nacional aos juros e encargos da dívida ([www.dieese.org.br/notatecnica/notatecDividapublica.pdf](http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatecDividapublica.pdf)).

<sup>25</sup> Fonte: IEA.

<sup>26</sup> Superávit, nesse caso, é um valor positivo resultante da diferença entre o valor gerado a partir das exportações do agronegócio subtraído do valor de todas as importações realizadas por esse setor da economia.

<sup>27</sup> Fonte: IEA.

Frutas: 1,29 (Suco de laranja: 1,22)

Produtos Florestais: 1,10

Cereais/ Leguminosas/ Oleaginosas: 0,470

Esses cinco grupos de produtos corresponderam em São Paulo a 83,4% do valor exportado e a 89,3% do superávit do agronegócio.

### ***A estruturação da agricultura em conflito com os interesses da sociedade***

As consequências da especialização do território brasileiro na produção de culturas voltadas para a exportação são comentadas por SANTOS (2000):

“Hoje, tanto os cinturões quanto as frentes pioneiras revelam que o território brasileiro tem incorporado muitas das características da chamada revolução agrícola, mas especialmente nas culturas de exportação, aquelas que consolidam a divisão territorial do trabalho mundial. Assim, esses produtos acabam por invadir, com velocidade cada vez maior, áreas antes destinadas às produções domésticas” (Santos, 2000, p.120).

A reivindicação da permanência de relações locais de produção, nas quais encontramos a agricultura familiar camponesa requer um entendimento dessa dinâmica global. Comentando a relação entre local e global, SANTOS comenta que “cada lugar é, a sua maneira, o mundo” (Santos, 2002, p.314).

O problema é que a lógica do capitalismo mundial cada vez mais se afasta dos interesses da maior parte da população, criando um tensionamento contínuo. As consequências de um território e de uma produção de bens e serviços que não atendem aos interesses do conjunto da população cria um alto grau de insatisfação social. Aqueles que detêm o poder nessa sociedade, através do controle dos meios de produção e das esferas de poder institucionais, têm uma contínua tarefa de convencer a população de que as bases da organização da sociedade capitalista são legítimas. As transformações que ocorrem na sociedade através dos interesses particulares desses agentes sociais (que chamamos de burguesia no começo desse capítulo) não poderiam ocorrer, sem que houvesse uma

complexa e eficiente estrutura de convencimento público. Os atores hegemônicos têm, continuamente, que convencer o conjunto da sociedade que seus interesses coincidem com os interesses públicos gerais. Historicamente temos exemplos de falhas nesse mecanismo de convencimento que foram solucionadas por medidas contra-revolucionárias (Fernandes apud Sampaio Jr., 2003) que envolveram o uso da força física<sup>28</sup>

No que tange a agricultura brasileira, muitas das transformações ocasionadas pelas atividades do chamado agronegócio não se sustentam “sem um discurso científico que ajude a transformar os padrões de consumo” (Santos, 2000, p.130).

A transformação nos padrões de consumo de alimentos é outro aspecto central para compreendermos os efeitos do desenvolvimento atual do capitalismo sobre a agricultura e toda a humanidade. Analisando a ação das corporações multinacionais capitalistas, HORÁCIO MARTINS (2003), discorre sobre a tendência em curso de padronização da dieta alimentar como fenômeno mundial. Essa tendência está sendo imposta a culturas que vêm desenvolvendo seus hábitos alimentares seculares e até milenares. Esse mesmo autor comenta, em seguida, como sobre os importantes mecanismos que auxiliam na popularização dos novos hábitos.

“A intensa propaganda comercial nos meios de comunicação de massa dos produtos dessas agroindústrias multinacionais de alimentos aliada ao estímulo direto e subliminar para o consumo de massa tem permitido a mudança de hábitos alimentares de grande parte da população para a adoção de dieta alimentar similar àquela praticada pela classe média assalariada dos grandes centros urbanos: consumir alimentos originários das agroindústrias” (Martins, 2003).

## ***A submissão da agricultura à indústria e ao capital financeiro***

Cabe também destacar a importância da relação que a agricultura vai estabelecendo com a indústria no desenvolvimento capitalista. No último capítulo de seu livro “Questão

---

<sup>28</sup> No Brasil e em outros países da América Latina temos a experiência histórica das ditaduras militares. Foram medidas drásticas tomadas pelas burguesias nacionais aliadas ao imperialismo estadunidense para evitar transformações político-econômicas que trariam ganhos para o conjunto da população e perdas aos setores do capital nacional e internacional. As reformas estruturais, dentre as quais a Reforma Agrária, no Brasil eram propostas que seriam implementadas caso não houvesse o Golpe Militar de 64. Um exemplo de país cujas transformações já estavam em curso e foram interrompidas foi o Chile, no início da década de 70.

Agrária”, em 1898, KAUTSKY dizia sobre as repercussões do desenvolvimento do capitalismo na agricultura:

“ (...) se na exploração camponesa primitiva a agricultura era, do ponto de vista econômico, o elemento decisivo e dirigente, essa relação agora se subverte. A grande indústria capitalista passa agora a dominar. A agricultura deve obedecer às suas ordens, adaptar-se às suas exigências” (Kautsky, 1898, p.319).

No século XX consolidou-se a fase do capitalismo denominada imperialismo. LENIN (1916, Prefácio às edições francesa e alemã) nos fornece um contexto geral da gênese do imperialismo:

“A propriedade privada baseada no trabalho do pequeno patrão, a livre concorrência, a democracia, todas essas palavras de ordem por meio das quais os capitalistas e a sua imprensa enganam os operários e os camponeses, pertencem a um passado distante. O capitalismo transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países ‘avançados’ ” (Lenin, 1916).

Esse autor ao sublinhar que o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista, descreve quatro características centrais do monopólio, das quais destacamos a terceira:

“(...) o monopólio surgiu dos bancos, os quais, de modestas empresas intermediárias que eram antes, se transformaram em monopolistas do capital financeiro. Três ou cinco grandes bancos de cada uma das nações de cada uma das nações capitalistas mais avançadas realizam a ‘união pessoal’ do capital industrial e bancário (...)” (Lenin, 1916, p.93).

A consequência disso é a concentração da maior parte das riquezas produzidas no mundo pelo que LENIN chamou de “oligarquia financeira”. Essa oligarquia financeira é quem determinará a alienação dos territórios nacionais para a produção de *commodities* ao sabor do “vaivém” das cotações internacionais (Santos, 2000, p.130).

A submissão da agricultura se dá, portanto, em relação ao capital financeiro, que controla o conjunto das atividades econômicas no mundo. No entanto, não se exclui a submissão à indústria, como verificamos em SANTOS (2000):

---

Diversas medidas que atendiam aos interesses da população chilena foram tomadas como o início de um programa de Reforma Agrária e a estatização de bancos e minas de cobre.

“(…) tornada científica, a agricultura se encontra colocada na dupla dependência da indústria: primeiro, para a aquisição da energia, máquinas e produtos, depois para o escoamento de uma parte das suas colheitas. Muitos agricultores trabalham, com efeito, sob o regime de contratos subscritos com indústrias alimentares” ( Santos, 2000, p.132).

### ***O desempenho da agricultura familiar***

A submissão da agricultura à indústria e ao capital financeiro esclarece também o motivo pelo qual o conjunto dos pequenos agricultores, apesar de realizarem parcela significativa da produção agrícola nacional, em geral, não adquirirem condições econômicas razoáveis. A seguir apresentamos alguns dados compilados por OLIVEIRA (2003):

Tabela 3. Síntese da estrutura fundiária

Grupos de área total		No de imóveis	%	Área em hectares (ha)	%
Pequena	Menos de 200 ha	3.895.968	91,9	122.948.252	29,2
Média	200 a menos de 2.000 ha	310.158	7,3	164.765.509	39,2
Grande	2.000 ha e mais	32.264	0,8	132.631.509	31,6
Total		4.238.421	100,0	420.345.382	100,0

Fonte: INCRA (2003) organizado por OLIVEIRA, A.U. (2003).

Tabela 4. Distribuição do valor da produção

Setor	Total geral	Participação	Pequena	Média	Grande
Total geral	100,0	100,0	56,8	29,6	13,6
Total de produção animal	39,4	100,0	60,4	28,6	11,2
Animal de grande porte	25,2	100,0	46,4	37,2	16,4
Animal de médio porte	3,8	100,0	85,5	12,9	1,6
Pequenos animais e aves	10,4	100,0	84,8	13,6	1,5
Total da produção vegetal	60,6	100,0	53,6	31,2	15,2
Lavouras temporárias	42,1	100,0	49,2	33,8	16,7
Lavouras permanentes	12,6	100,0	70,5	24,3	5,2
Horticultura e floricultura	2,0	100,0	94,7	4,1	1,2
Extração vegetal	1,6	100,0	67,6	17,9	11,3
Silvicultura	2,3	100,0	16,8	23,4	59,8

FONTE: Censo IBGE 1995/96 org. OLIVEIRA, A.U.

A maior parte da produção agrícola, apesar de produzida em pequenas propriedades (até 200 ha nos critérios utilizados nessa classificação) é controlada pelos grandes monopólios que atuam em toda a cadeia produtiva de produtos agrícolas. Com o aumento da utilização de tecnologia nos processos de produção, armazenamento, processamento, distribuição e venda de alimentos vai-se criando uma dependência crescente do crédito para a realização das cadeias produtivas ligadas à agricultura. Dessa forma, acentua-se a dependência do capital financeiro e dos grandes monopólios para a sobrevivência da agricultura.

## ***Considerações sobre a resistência ao modelo agrícola hegemônico***

Essas considerações anteriores nos dão a amplitude da política de Reforma Agrária que devemos reivindicar hoje. Ela deve impactar não só a estrutura fundiária, mas o conjunto das cadeias produtivas e do sistema de crédito que atuam na agricultura. E essa reivindicação não faz sentido, se não estiver vinculada a uma perspectiva de transformação da sociedade como um todo. Essa é a perspectiva da luta que se coloca para aqueles que reivindicam a reforma agrária.

O primeiro passo deve ser a resistência às novas ofensivas que o capital impõe ao campo. É preocupante que não esteja havendo um debate público sério sobre os imperativos que a acumulação capitalista coloca para a estruturação do território nacional. No caso de São Paulo, por exemplo, tínhamos a safra de cana de 2003/04 ocupando 3,09 milhões de hectares ou 12,5% do território paulista<sup>29</sup>. Qual não é nossa surpresa então, ao ver que na safra 2005/06<sup>30</sup> essa área se expandiu para 4,1 milhões de hectares ou 16% de toda a superfície do estado. Há um otimismo crescente na indústria sucroalcooleira. Porém, quem está avaliando o impacto dessas mudanças nas várias dimensões impactadas (econômica, social, ambiental, cultural)? Se verificados problemas, qual a possibilidade dos movimentos sociais barrarem a ação dos agentes econômicos atuantes no mercado dos produtos derivados da cana-de-açúcar?

Outra importante atividade do agronegócio é a agroindústria da celulose, como podemos acompanhar nos dados sobre a balança comercial citados acima. Essa atividade exige também grandes extensões de terras, onde são cultivadas centenas de milhares de árvores em monocultivo. Apesar das ações que a principal empresa desse ramo no Brasil, a Aracruz Celulose, não serem fruto de debate nacional, mesmo quando bastante questionáveis como a expulsão de povos indígenas no Espírito Santo. No entanto, a manifestação realizada em 2006 pelas mulheres da “Via Campesina” teve grande repercussão midiática. Tida como irracional, bárbara e selvagem pela grande imprensa,

---

<sup>29</sup> Site IEA acessado em janeiro de 2007.

essas lutadoras procuraram chamar a atenção da sociedade para os males que a corporação Aracruz traz para a sociedade brasileira. Realizaram então, no dia oito de março de 2006, uma ação direta a um centro de produção de mudas dessa empresa no Rio Grande do Sul. Além da repressão ideológica orquestrada pelos grandes meios de comunicação, tivemos nesse caso, como em muitos outros, uma forte repressão policial a ação das mulheres, acompanhada de implacável tratamento policial<sup>31</sup>.

No Brasil é recorrente que manifestações políticas em relação a graves problemas sociais sejam tratadas como “casos de polícia”. Aliás nossa tradição de repressão é antiga. Mudaram os meios mas manteve-se a lógica de opressão sistemática aos pobres e, a qualquer custo, a dominação política, econômica e cultural realizada pelas elites.

Temos uma série de exemplos em que o “*status quo*” foi mantido através de atitudes repressivas. No entanto, a agressão sofrida não foi aceita resignadamente. Há diversos casos de resistência popular ao longo de nossa história: como a dos indígenas, a dos quilombos, além das diversas lutas travadas pelos rincões do Brasil e, mais recentemente, no século XX, uma série de greves operárias, em um contexto urbano. As manifestações políticas se diversificaram em lutas pelos mais diferentes direitos em uma sociedade na qual pressiona-se constantemente pela mercantilização dos mais diferentes aspectos da vida. Dessas diversas batalhas, muitas lições, dentre as quais destacamos a necessidade de organização. As iniciativas de indignação tomadas isoladamente acabaram em muitos momentos colocando os trabalhadores contra os próprios trabalhadores.

Dentre as resistências históricas, gostaríamos de aqui, dar destaque especial a chamada Guerra de Canudos. Essa Guerra “manchou” de sangue a nascente república brasileira. Ela revela muitos aspectos de nossa sociedade, dentre os quais a intolerância que as elites brasileiras demonstram historicamente para com qualquer perspectiva de autonomia popular.

---

<sup>30</sup> Site IEA acessado em janeiro de 2007.

<sup>31</sup> Segue um trecho da nota publica dia 22 de março pela “Comissão Pastoral da Terra”, revelando o tratamento dado pelas autoridades ao caso:

“A arbitrariedade com que agiu o delegado de polícia Rudimar de Freitas Rosales (delegado de polícia de Camaquã) acompanhados de seis agentes policiais , na casa da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em Passo Fundo, demonstra que objetivo das investigações policiais não é esclarecer fatos, e sim incriminar lideranças, e dessa forma negar a legitimidade da luta coletiva realizada por mais de 2 mil mulheres contra o deserto verde (<http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=322&eid=128>).

## ***A história de Canudos: algumas lições a serem aprendidas***

A Proclamação da República Brasileira tão aclamada não mudou as condições precárias da maior parte da população brasileira. Os sertanejos da Bahia, tão pouco se beneficiaram com a mudança política. Distantes do centro-sul, onde girava a economia voltada para a exportação de café, os habitantes do sertão baiano viviam um sem número de privações materiais. A separação entre as esferas da fé e do Estado, antes unidos no regime imperial, desestabilizou as concepções de mundo de muitos, que tinham na religião a fonte de compreensão dos mais diferentes aspectos da vida (Macedo, 1997, p. 47). Os primeiros anos republicanos coincidiram com uma grave crise econômica, acentuada pela política de “encilhamento”<sup>32</sup> do governo federal. O processo inflacionário decorrente da emissão desenfreada de moeda penalizou sobretudo o povo pobre brasileiro, que teve o custo de vida aumentado. “De 1888 a 1890, os preços dos gêneros de primeira necessidade aumentaram em 62%. De 1891 a 1894, em 118%” (Macedo, 1997, p.52). No sertão da Bahia, já penalizado pelas secas periódicas a “pressão fiscal sobre a população sertaneja baiana aumentou consideravelmente após a República.”(Macedo, 1997, p.57). A cobrança de impostos era incompatível com a característica da economia da região, baseada em trocas. Nesse contexto, Antônio Vicente Mendes Maciel, que adquirira liderança religiosa no sertão baiano, passou a canalizar em seus discursos a insatisfação popular contra a nova ordem política e os novos impostos.

Frente a esse contexto Maciel e seus seguidores fundam em 1893 o povoado de Belo Monte no sertão baiano. No povoado se construíram infra-estruturais comunitárias que acolhiam os que iam para a comunidade. Dentre as medidas tomadas para a organização da comunidade destaca-se a existência de um fundo comum. MACEDO descreve sucintamente esse fundo:

“A existência de um fundo comum garantia a manutenção da parcela da população que não tinha meios para subsistir dignamente e financiava a estrutura administrativa rudimentar do arraial. Em vez de socialismo ou igualitarismo absoluto, incompatíveis com o próprio nível de

---

<sup>32</sup> Marcada pela emissão desenfreada de moedas, o que acarretou em forte processo inflacionário.

desenvolvimento material e espiritual daquele grupo, é preferível pensar na existência de um comunitarismo fundado na idéia da solidariedade coletiva.” (Macedo, 1997, p.76)

Esse comunitarismo foi suficiente para despertar profundas desavenças da elite regional e posteriormente estadual e nacional, com os habitantes do arraial. A partir de informações e pedidos do juiz de Direito, que havia sido nomeado recentemente em Juazeiro, município da região, o governador envia em novembro de 1896 tropas para proteger a cidade de um suposto ataque de alguns moradores do arraial. A partir da decisão do oficial comandante da expedição de ir até o arraial, já que esperavam em vão a chegada dos conselheiristas<sup>33</sup> foi dada início a “Guerra de Canudos”, que contou com mais três expedições militares após essa. Os conselheiristas resistiram de maneira heróica e mostrando considerável habilidade e organização militar, o que perdurou até 5 de outubro de 1897, quando esgotaram-se completamente, restando apenas três homens e um menino. A descrição do processo de rendição da maior parte dos moradores que restavam no arraial no dia 3 de outubro é elucidativa do tratamento dado pelas autoridades àqueles subversivos:

“No dia seguinte (3 de outubro), de quatrocentas a seiscentas pessoas renderam-se, desarmadas. Em sua imensa maioria, o grupo era constituído por velhos, mulheres e crianças, e por apenas uns sessenta homens.

Os vencidos ficaram expostos às piores humilhações e, mais que isso, sujeitos à ira e à ‘barbárie’ dos vencedores. Na realidade, foram imolados em nome da República, sendo entregues a um sinistro e cruel ritual. Com a autorização dos oficiais, os soldados impunham aos prisioneiros a condição de permanecerem vivos caso gritassem ‘Viva a República’.

Os que se negavam a prestar a reverência eram degolados. (...) As cabeças cortadas em Belo Monte simbolizavam o projeto abortado de vida alternativa inaugurada pela comunidade político-religiosa (Macedo, 2004, p.145-146).

MACEDO levanta a tese a ser estudada de que “Belo Monte foi apenas o epicentro de uma convulsão social mais ampla”(Macedo, 2004, p.172). Independente da amplitude da área de influência e da natureza da influência exercida pelo arraial no sertão, uma lição importante da resistência sertaneja diz respeito à necessidade da integração e organização das diversas lutas como condição de superação dos regimes elitistas e para que as lutas relativamente isoladas não sejam sufocadas.

---

<sup>33</sup> Dessa maneira, alguns chamavam os moradores do arraial de Belo Monte.

## ***A resistência e as perspectivas de luta em nossos dias***

Hoje, a resistência se dá em relação às novas formas de organização que o capital impõe à produção e ao território. Essas novas formas acarretaram uma grande fragmentação da classe trabalhadora. Por isso, é imprescindível que a resistência passe pela organização e união entre os trabalhadores, articulando não só aqueles que produzem a riqueza nas cidades nos mais diferentes setores, mas também os trabalhadores do campo.

Além disso, não podemos deixar de considerar a necessidade de se pensar naqueles que estão excluídos diretamente do processo de valorização do capital, no exército de reserva de desempregados ou de trabalhadores precarizados. As milhões de pessoas que compõe essa categoria dos chamados excluídos estão concentrados nas periferias das regiões metropolitanas e nas áreas pobres distribuídas pelo interior do país.

O espaço é uma categoria fundamental para a análise de nossa realidade e para compreendermos as diversas lutas (dentre as quais a luta pela terra e pela Reforma Agrária). É no espaço que encontramos a realização dos tempos diferentes. O tempo do capital, da atuação dos atores hegemônicos e o tempo que a maioria da sociedade reivindica para sua existência.

Em 1974 SANTOS escrevia que:

“O problema que os países do Terceiro Mundo têm de enfrentar hoje não poderá encontrar solução real de outro modo que não seja a substituição de um sistema social, cuja iniquidade está provada, por um outro sistema, capaz de introduzir relações de justiça social. Para que a produção possa se colocar a serviço da população, é necessário, antes de tudo, que a idéia de produtividade econômica ceda lugar à idéia de produtividade social. As tecnologias teriam, então, um papel subordinado. O crescimento não teria sentido se não estivesse a serviço de todos. A procura do lucro apagar-se-ia diante das preocupações com a equidade. O consumo não seria mais comandado pelas necessidades do aparelho produtivo, mas este seria ordenado em função de um consumo cuja definição coincidissem com o bem-estar coletivo” (Santos, 2004, p. 387).

É necessário organizar o território sobre outras bases para que se possa pensar de maneira consequente em um quadro de justiça social. Em vez do lucro, nosso princípio deve ser o bem-estar coletivo. Porém, essa mudança de princípios não ocorrerá sem luta política, sem que se decida em relação aos projetos antagônicos colocados para o futuro da sociedade.

## ***A atualidade da Reforma Agrária***

No contexto de projetos para o campo, temos uma proposta de Reforma Agrária defendida historicamente pelos trabalhadores visando um projeto de autonomia para o desenvolvimento da agricultura brasileira, que vai de confronto ao projeto colonialista implementado pelas elites que comandaram o país desde o século XVI. As características das propostas de Reforma Agrária divulgadas pelas organizações dos trabalhadores sempre procuraram levar em conta a organização da sociedade e da economia brasileira. Quando as Ligas Camponesas propunham “Reforma Agrária na lei ou na marra”, tinham em mente as mudanças estruturais necessárias ao campo e à sociedade brasileira no início da década de 60. Nesse momento, a maioria da população ainda vivia no meio rural.

A urbanização da sociedade brasileira mudou a importância relativa entre campo e cidade. Ao discutir o processo de modernização (do qual a urbanização é um pilar fundamental) que se deu nos países do chamado Terceiro Mundo, verifica-se que essa só se realiza com “disparidades sociais e econômicas crescentes”. Segundo Milton Santos, a modernização tecnológica exige “a alocação de uma importante parte dos recursos nacionais” que “é feita em nome do progresso em benefício daqueles que já são ricos e ao preço de uma injustiça crescente” (Santos, 2004, p.193). Dessa forma, são os pobres que suportam a carga mais pesada dessa modernização, com salários inferiores e muitas vezes sem empregos. Entretanto “esse exército industrial de reserva funciona como condição geral da produção capitalista (Santos, 2004, p. 193).

Em se tratando da funcionalidade da população rural migrar para os centros urbanos, KAUTSKY já colocava em 1898 que:

“A grande indústria precisa, para desenvolver-se, de grande massa de trabalhadores que nada possuam, hábeis e disciplinados, e da vizinhança de um amplo mercado. Isto se encontra sobretudo nos grandes centros comerciais. Prosperando, ela atrai novas camadas de operários e favorece as relações entre o lugar em que se instalou e os demais. O progresso da grande indústria capitalista depende, assim, da concentração sempre crescente de massas humanas nas metrópoles e da vida econômica dos grandes centros.” (KAUTSKY, 1968, p. 201).

Hoje, a maior parte da população vive nos centros urbanos. Se antes pensávamos em uma reestruturação fundiária pensando no público rural, que era predominante no país, hoje podemos pensar nesse processo tendo como perspectiva todo o território nacional, incluindo os próximos aos centros urbanos. Isso abre a perspectiva para pensarmos na população expulsa do campo há algumas décadas através do chamado êxodo rural brasileiro, como possíveis beneficiários diretos dessa política de reestruturação fundiária e de uma política mais ampla de Reforma Agrária. Ou seja, podemos começar a conceber uma estruturação do território em que trabalhadores das periferias das cidades voltem a realizar atividades agrícolas.

A partir dessas modificações da estrutura da sociedade brasileira, a Reforma Agrária mantém o caráter de medida política para o conjunto da população. O que difere do passado é que a proposta atual insere-se em uma perspectiva mais ampla de reordenamento de todo o território: é premente uma reorganização da ocupação não só nas zonas mais interioranas brasileiras, mas também nas proximidades dos grandes centros urbanos.

Nesse contexto insere-se a proposta de Comuna da Terra “que consiste em organizar assentamentos em pequenos núcleos, perto de grandes cidades, para trabalhadores urbanos que já foram agricultores ou que podem vir a ser”<sup>34</sup>.

Essa proposta procura dar respostas às especificidades que a luta pela Reforma Agrária vai adquirindo no atual momento do desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira. Os movimentos de luta pela reforma agrária não devem se restringir aos agricultores ou àqueles que intentam trabalhar na agricultura. A bandeira da Reforma Agrária deve ser abraçada também pelos imensos contingentes excluídos que vivem nas periferias das cidades.

É imprescindível a estruturação de reflexões e ações que questionem a função social da terra na proximidade de espaços onde se acentuam uma série de contradições capitalistas, como é o caso dos grandes centros urbanos. Em regiões centrais, dentro das grandes cidades, temos lugares com infra-estrutura consolidada, grande circulação de dinheiro, decisões e a concentração de um pequeno número de famílias que controlam a maior parte da renda nacional, ostentando os mais altos padrões de consumo. Quando nos

---

<sup>34</sup> Jornal BRASIL DE FATO, edição de 4 a 10/01/07

afastamos poucos quilômetros dessas regiões centrais nos deparamos com dezenas de milhões de famílias vivendo em uma situação precária, sem acesso a serviços básicos.

Esmagadora parte das cidades brasileiras não se organizou a partir de qualquer tipo de planejamento urbano. A marca geral é um processo de ocupações urbanas movido pela situação de pobreza material da população que chega aos centros urbanos é “orquestrado” pela especulação imobiliária. A lógica da ocupação desordenada do espaço urbano é também fortemente influenciada pelo forte apelo ao consumo, aliado à marcante insuficiência de renda da maior parte da população:

“Nas cidades do Terceiro Mundo, o aumento das favelas em número, em superfície e em população está em relação com a pobreza urbana e os modelos de consumo importados. O dinheiro líquido<sup>35</sup> é coisa rara, e, em vez de gastá-lo no aluguel de uma casa, as pessoas são induzidas a preferir outros tipos de consumo, que entraram nos hábitos através de um grande esforço de publicidade, e que são pagos à vista ou a crédito, em prejuízo de outros consumos essenciais, como o da alimentação. No orçamento deficitário dos pobres e de uma boa parte das classes médias, há uma verdadeira competição para o uso do dinheiro líquido disponível.” (Santos,2004, p.194).

### ***A insustentabilidade de um sistema e a necessidade do fim da exploração capitalista***

Devido às condições atuais de organização da sociedade não é possível que os padrões de consumo se expandam como colocou muito bem Celso Furtado em seu livro “O mito do desenvolvimento econômico” (Furtado, 1972). É preciso repensar toda a produção. Na lógica da produção da mais-valia os processos produtivos estão estruturados para explorarem os trabalhadores. É preciso um controle público da produção, onde as riquezas produzidas sejam socializadas. Dessa maneira, mudaremos a própria concepção de consumo. Hoje o consumismo é uma das bases para a reprodução do sistema. Difunde-se a idéia de que para a realização de sua existência, o ser humano necessita consumir as novidades oferecidas continuamente no mercado.

Por outro lado, é cada vez maior o número de previsões de um limite da capacidade do planeta em suportar o ritmo de exploração capitalista. Incoerentemente, muitos daqueles países, empresas e organizações que veiculam essas previsões (que em muitos lugares já

não só apenas previsões) não se manifestam contra o capitalismo, que tem como condição de existência a produção crescente de mercadorias, que busca garantir a manutenção de atraentes taxas de lucro aos grandes investidores. Salientamos nossa perspectiva a partir da leitura de ANTUNES (1999) sobre as mudanças na sociedade mundial acentuadas nas últimas décadas:

“Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital” (Antunes, 1999, p.15”).

Dessa forma, reafirmamos novamente a necessidade de união dos trabalhadores do campo e da cidade. A reforma agrária cada vez mais requisita, para ser realizada, de uma mudança de toda a sociedade. Reorganizar o mundo de forma que a humanidade possa continuar a existir sobre a base da justiça e não da exploração é o desafio que está colocado para os trabalhadores de todo o mundo.

---

<sup>35</sup> Valor monetário disponível para ser gasto.

## Capítulo II. Sobre o trabalho de campo

Um dos eixos centrais pensados inicialmente para o Curso de Especialização em “Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa” diz respeito ao trabalho de campo. Como já abordado na introdução desse texto, houve uma série de problemas no andamento do curso e o trabalho de campo acabou sendo bastante prejudicado. Apesar de tudo, conseguimos interagir bem com a comunidade do acampamento, dado que já realizávamos um trabalho junto à mesma.

O Acampamento “Milton Santos” fica a uma distancia de 40 km de nossa residência de forma que foi possível dar continuidade ao trabalho de campo com recursos próprios, ainda que de forma limitada. O segundo semestre de 2006, quando desenvolvemos a maior parte do trabalho de campo foi essencial, pois foi nesse período que pudemos amadurecer nossas reflexões e apurar informações levantadas anteriormente, bem como realizar outras atividades que contribuirão para a constituição de um futuro acervo com entrevistas e imagens do Acampamento “Milton Santos”.

### ***A opção pela história oral***

Segundo o Plano de Trabalho inicial, tínhamos os seguintes objetivos:

“Reconstituir a história do assentamento resgatando a memória individual e coletiva na participação do processo de luta pela terra e pela Reforma Agrária; consolidar o encontro com a terra, compreendendo-a como meio econômico capaz de prover a dignidade aos trabalhadores, mas também como meio de buscar raízes culturais que dão sentido para que no dia-a-dia se construa o novo homem e a nova mulher; montar um acervo com relatos e imagens que poderão servir de referência para a memória e valorização da constituição do assentamento; dar voz aos sujeitos desta história; promover o registro das realidades sociais e ambientais onde os assentados vivem e constroem suas perspectivas para o futuro” (LIMA, P. M. P., 2006, PLANO DE TRABALHO).

As atividades de campo se deram em torno de: observações do dia-a-dia do acampamento; contribuições a atividades de organização interna do acampamento, sobretudo nos setores de produção, formação e coordenação geral; registros fotográficos (alguns dos quais em anexo) e áudio-visuais das rotinas das famílias e das atividades

(culturais, organizacionais e produtivas) realizadas; e ainda a gravação de entrevistas orais com alguns dos que participaram e participam do processo de luta para a constituição do assentamento.

Dessa forma as atividades no campo procuraram contemplar os objetivos inicialmente propostos. Porém, dadas as restrições estruturais do programa, tivemos que reduzir os objetivos e o trabalho foi sendo direcionado para a reconstituição da história do pré-assentamento. Como consequência disso, as atividades de campo foram se centrando no registro das histórias orais de alguns participantes do Acampamento, sobre as quais discorreremos a seguir.

Precedendo as entrevistas fizemos um questionário para levantar as pessoas que haviam permanecido no acampamento: idade, cidade de origem, se tinham experiência em área rural e outras observações. Isso permitiu que tivéssemos um contato com grande parte das famílias e apresentássemos brevemente a proposta de trabalho relativa a este projeto do Residência Agrária. O questionário foi aplicado pelo proponente deste projeto entre os meses de julho e setembro de 2006.

Segundo QUEIROZ (1988) “a entrevista está presente em todas as formas de coleta dos relatos orais, pois estes implicam sempre num colóquio entre pesquisador e narrador.” Para essa mesma autora “história oral” é um

“termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja, documentação se quer completar colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade” (Queiroz, 1988, p. 56).

O trabalho com história oral pode abrir uma série de possibilidades como podemos verificar a partir de THOMPSON (1992):

“Que se pode fazer, a seguir, com os resultados de projetos de história oral? Como veremos em relação aos projetos de comunidade, eles podem ser combinados com fotografias, cartas e documentos, roupas, ferramentas, e outros objetos para montar uma exposição vistosa, quer na escola quer num centro local”(Thompson, 1992, p.145).

Essa idéia de exposição está diretamente relacionada a idéia de acervo que tínhamos nos objetivos gerais do nosso Trabalho. Em conversa com uma profissional especialista no

tema – a professora Dra. Maria do Carmo Martins da Faculdade de Educação da UNICAMP - percebemos que, a despeito da coleta de registros e informações que havíamos feito, a constituição de um acervo não seria possível dado o tempo limitado para que pudéssemos aprofundar as informações levantadas. De qualquer forma, permanecemos com nosso propósito inicial de levantamento e discussão dos registros coletados, os quais além de comporem os resultados deste projeto de pesquisa também serão disponibilizados para a coordenação do acampamento e para a direção regional do MST.

Pareceu-nos bastante interessante a perspectiva com que THOMPSON trabalha a “história oral”, dentro de um contexto de democratização da história, eliminando o estigma de que essa disciplina deva ser monopólio de especialistas e de que só acadêmicos possam ser historiadores (Thompson, 1992, p.241). Mas antes de nos aprofundarmos um pouco mais no campo da história oral, suas características e potencialidades, faremos uma breve digressão sobre a própria oralidade.

### ***Cultura oral e cultura escrita***

Em geral, a expressão “cultura oral” é tida como natural ou mesmo intrínseca à existência humana. No entanto, ela é uma construção histórica, que propiciou ao ser humano atingir um patamar de comunicação diferenciado<sup>36</sup>. A escrita mais tarde permitiu que atingíssemos outro patamar de comunicação e as novas tecnologias, como a internet por exemplo, vão criando outros níveis ainda. O interessante é pensarmos em como hoje estamos imersos na cultura escrita a ponto de encontrarmos muita dificuldade em reconhecer um universo oral de comunicação ou de pensamento (Ong,1998, p.10). No decorrer do trabalho, seja na realização das entrevistas, seja na reprodução que fizemos repetidamente de cada uma delas no momento das transcrições, fomos sendo despertados para o significado disso, a partir de um entendimento da oralidade não submetido necessariamente ao prisma da escrita. Foi ficando mais clara a possibilidade de produção de diferentes formas de linguagem para expressar e compartilhar os resultados do trabalho.

---

<sup>36</sup> Aqueles que não desenvolvem ou apresentam esse patamar de comunicação vinculado à oralidade são enquadrados em casos de disfunções ou dentro de diferentes quadros patológicos.

“Os contrastes entre a mídia eletrônica e a impressão aguçaram nossa percepção do contraste anterior entre escrita e oralidade” (Ong, 1998, p. 10).

A partir do entendimento das culturas oral e escrita em diferentes patamares, podemos passar a pensar com mais cuidado na complexidade entre pensamento, processamento e expressão e no papel que cada tipo de expressão cultural exerce sobre cada um desses processos.

A escrita traz modificações à cultura oral, potencializando-a e reestruturando as relações entre linguagem e pensamento. Porém, a escrita nunca pode prescindir da oralidade. Apesar disso, ONG lembra do abandono pelos estudos científicos sobre linguagem, da oralidade durante séculos e até recentemente. Esse autor nos revela que “a fala é inseparável da nossa consciência” (Ong, 1998, p. 17).

Percebemos que o entendimento e, no limite, a expressão de significados advindos da oralidade é diferente da cultura escrita. Nesse sentido, podemos justificar a escolha da metodologia de entrevistas orais gravadas. Embora haja uma perda, no processo de tradução dessa linguagem para a escrita, ainda assim procedemos pelo registro desta forma de expressão. Isso, certamente não ocorreria se utilizássemos entrevistas escritas (questionários). Se fizéssemos essa opção, não poderíamos utilizar questionários com perguntas abertas (como as feitas nas entrevistas). Limitaríamos bastante a participação de entrevistados e mudaríamos o próprio caráter da expressão com que estaríamos trabalhando, perdendo a expressividade da oralidade.

Segundo ONG, a escrita favoreceu o ser humano a desenvolver suas “diversas potencialidades”, no entanto, este autor também afirma o valor e a beleza das realizações orais (Ong, 1998, p.23).

### ***A história oral nas entrevistas: pressupostos e implicações***

Em nosso trabalho, a história oral possibilitou o registro de um acontecimento político recente: a ocupação de terra e luta pela constituição do assentamento “Milton Santos”. Além disso, pareceu-nos interessante trabalhar com esse método, pois ele oferece

uma oportunidade de contato com a experiência da entrevista, que abre um importante e vasto debate sobre as atividades de levantamento de informação nas ciências sociais.

Em relação a esse debate gostaríamos de colocar alguns elementos levantados, no âmbito da investigação sociológica, por THIOLENT em “Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária” e no âmbito da pesquisa sobre memória social, BOSI em “O tempo vivo da memória” (Bosi, 2004).

Dentre os pontos levantados no estudo de THIOLENT, destacamos em primeiro lugar a questão da falsa neutralidade das investigações sociológicas. Apesar de muitos trabalhos assumirem posições de neutralidade metodológica, observamos nos mesmos uma série de pressupostos que carregam certos condicionamentos, tanto no que se refere à prática investigativa quanto aos resultados das investigações realizadas. No que concerne às técnicas de pesquisa a serem utilizadas na prática investigativa, THIOLENT diz:

“Ao serem incorporadas à pesquisa sociológica, as mais “neutras” técnicas funcionam como “teorias” particulares relativas à representação do objeto investigado. Cada técnica contém instrumentos particulares cujo uso envolve pressupostos teóricos” (THIOLENT, 1985, p.44)

Partindo do pressuposto de que não há técnicas neutras questionamos a dimensão ideológica que elas podem assumir. Uma concepção recorrente em muitas investigações sociais é a tomada do todo pela adição das partes. Ao comentar a técnica de amostragem probabilística de indivíduos em pesquisas de opinião, por exemplo, o autor coloca que ela pressupõe “uma representação da sociedade ou dos grupos sociais como multidão atomizada”. Esse mesmo autor vai ainda além, afirmando que:

“Sem a vigilância epistemológica, corre-se o risco de ver a representação atomista, incluída na técnica, ir ao encontro de uma concepção do social que seja permeada do individualismo da ideologia burguesa, no plano humanístico e no plano jurídico-político” (Thiollent, 1985, p.45).

Procuramos reiterar quando necessário uma concepção classista de leitura da realidade nesse trabalho, em contraponto à concepção liberal. Compreendemos que na dinâmica de nossa sociedade os indivíduos não são iguais nem perante às leis jurídicas, muito menos às leis que regem a economia.

Outro ponto importante é quanto à própria natureza da investigação social. Há correntes que vêm a pesquisa nos moldes positivistas em que o pólo investigativo assume a postura ativa de observação do pólo investigado, passivo no processo. Isso chega a ser considerado como condição de cientificidade para a pesquisa. De nossa parte assumimos que a própria situação de pesquisa é uma situação de complexo relacionamento social, no qual o investigador é um dos componentes e que os questionários ou entrevistas (como no caso deste projeto) são meios para que este relacionamento aconteça. Seria até inconcebível de outra maneira, pensar na ausência de relacionamento em nosso caso, que temos um histórico e um compromisso político com a luta do acampamento e com aqueles que têm realizado essa luta. Entendemos que o próprio relacionamento pressupõe um posicionamento político em relação à problemática trabalhada. Procuramos explicitar esse posicionamento político de maneira clara na introdução e no primeiro capítulo desse trabalho. Porém, é importante descrevermos como nosso posicionamento político se colocou nos momentos de estruturação e execução das entrevistas.

### ***A escolha do tema e a estruturação das entrevistas***

No que diz respeito à estruturação, a escolha da temática foi um momento crucial. Procuramos através de debates com membros do MST e com a própria coordenação do acampamento definir um tema relevante a ser investigado. A própria história de luta foi se desenhando como algo que traria contribuições para o conjunto do acampamento e do MST na região (ainda mais com a perspectiva inicial de que faríamos um vídeo como resultado desse processo de investigação<sup>37</sup>).

Dessa maneira definimos como tema central, a história do acampamento. Pensamos em três eixos para subsidiar a investigação desse tema: (a) aspectos das histórias das pessoas que vieram a ingressar na luta; (b) a história da ocupação, propriamente dita, a partir do dia 12 de novembro de 2005; (c) a história da Regional do MST em Campinas e arredores. Esses três eixos se converteram em três grandes blocos de perguntas. São temas gerais, que serviram para esboçar uma estrutura para as entrevistas que seriam realizadas.

---

<sup>37</sup> O que pretendo realizar independente deste projeto de pesquisa

Uma linguagem passível de ser utilizada para essa atividade é o diálogo semi-estruturado, que é apresentado em GEILFUS (1988), em seu livro “80 ferramentas participativas”, manual prático para planejamento rural participativo. Manteremos a terminologia de entrevistas a partir de THOLLENT e SIMSON, procurando especificar as condições nas quais foram pensadas e realizadas as entrevistas.

A seguir apresentamos as perguntas de referência do segundo e terceiro blocos de entrevistas. As entrevistas correspondentes a esses blocos estão em anexo.

Perguntas balizadoras da entrevista a respeito da história da ocupação:

1. Como você ficou sabendo da ocupação?
2. Como foi a decisão de ir para a ocupação? O que os parentes e amigos acharam?
3. Como achava que seria a ocupação?
4. Como achava que seria a vida no acampamento?
5. Como foram as ocupações? Na (granja) Malavazi? (Fazenda) Santa Júlia? Americana? Área do Estado? Outras ocupações? Em Ribeirão Preto, Iaras?
6. Como foram os primeiros dias no acampamento?
7. Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas no acampamento?
8. O que você espera da continuidade da luta?

Perguntas balizadoras da entrevista a respeito da história da Secretaria Regional do MST de Campinas:

1. Como foi o processo de decisão dentro do Movimento Sem Terra de criar uma Secretaria Regional em Campinas?
2. Quais eram as tarefas ou lutas iniciais colocadas para a Regional?
3. Quais foram as dificuldades iniciais?
4. Quais os setores da sociedade que apoiaram a criação da Regional?
5. Qual foi a primeira ocupação da Regional?
6. Qual foi a trajetória dessa ocupação?
7. Como tem sido organizado o trabalho de base para as ocupações?
8. Quais foram as maiores dificuldades da Regional ao longo de sua existência?

9. Como ela se relaciona com o MST aos níveis estadual e nacional?
10. Quais os maiores desafios da Regional atualmente?

Em relação ao primeiro bloco de perguntas, enfrentamos dificuldades decorrentes do processo de modificação do caráter do projeto. No primeiro momento, em que as entrevistas subsidiariam o processo de realização de um documentário as perguntas cumpriam outra função.

Perguntas para aqueles que participariam da elaboração do documentário:

1. Nome
2. Nascimento
3. Onde já morou
4. No que já trabalhou
5. Como era cada trabalho
6. Opinião sobre a cidade
7. Opinião sobre o campo ou roça
8. Opinião sobre a natureza
9. Opinião sobre a futura produção do assentamento
10. O que gosta de fazer
11. Músicas/Cantores preferidos. Por que.
12. Opinião sobre a organização do acampamento
13. Expectativas para o futuro

Quando a decisão de não realização do vídeo foi tomada, apenas alguns trechos da entrevista foram utilizados. Verificamos, na prática, o risco de perguntas formuladas com um propósito não atenderem às prerrogativas de outros objetivos. Segundo THIOLENT (1981) “os objetivos de pesquisa incorporados nos questionários e nas entrevistas dependem do conteúdo das perguntas” (Thiollent, 1981, p.35).

Apesar das perguntas neste primeiro momento não terem uma definição clara sobre os enfoques com que questionávamos as percepções pessoais do entrevistado sobre “natureza”, “campo” ou “cidade”, justificou-se esse tipo de recurso em função da

perspectiva inicial do projeto. Nesse momento tínhamos a preocupação de que uma estruturação com temas fechados resultasse em uma falta de diálogo e, conseqüentemente, de participação das pessoas nos momentos das entrevistas (Geilfus, 1997, p.25). É importante destacar que a idéia inicial das entrevistas, de servir de subsídio para a elaboração em grupo de um roteiro que contasse a história do acampamento, foi discutida com os próprios entrevistados. Prevíamos que seriam realizadas reuniões com o grupo de entrevistados. A entrevista cumpria então uma função instrumental para as etapas posteriores de debate que culminariam na definição do roteiro do vídeo. Entretanto, a falta de condições de trabalho, presente durante praticamente todo o tempo que em que fizemos parte do Programa (junho de 2006 a janeiro de 2007) foi um imperativo para que abandonássemos esse intento inicial. Julgamos que com isso, não só esse trabalho, mas principalmente o acampamento perdeu muito, na medida em que o vídeo poderia ser um importante material de divulgação da luta das famílias e do MST na região. Além disso, o resultado de um vídeo é incomparavelmente mais acessível às famílias do acampamento em termos de linguagem do que um texto escrito. A própria linguagem áudio-visual cumpre uma outra função que a da escrita.

Dentre todos os temas levantados nessa primeira estruturação, expomos e comentamos, neste trabalho, trechos das entrevistas relacionados aos pontos 3, 4, 5 e 13. Avaliamos que não caberia pelos propósitos deste trabalho entrar nos outros pontos dessas entrevistas, até porque eles foram pensados para outro objetivo (a elaboração do documentário).

A partir daqui, quando mencionarmos o primeiro bloco de entrevistas, estaremos nos referindo a esse recorte que fizemos.

### ***Considerações sobre memória***

Em relação aos temas que tratamos no primeiro bloco, entendemos que seria importante fazermos algumas considerações sobre memória. ROUSSO (1992) define memória:

“A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado. (...) para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional” (em Ferreira & Amado (orgs.), 2000, p. 94).

Tratando de aspectos da experiência pessoal, o primeiro bloco trouxe elementos representativos dos motivos que determinaram o ingresso na luta da ocupação “Milton Santos”, e também aspectos subjetivos, muitos dos quais não passíveis de interpretação no âmbito desta pesquisa. Trabalhamos no primeiro bloco com depoimentos, que nas ciências sociais, diz respeito ao “relato de algo que o informante efetivamente presenciou, experimentou, ou de alguma forma conheceu, podendo assim certificar.” (Queiroz, 1992).

A partir dessas experiências individuais, que se traduzem em expressões subjetivas de diferentes realidades, é preciso justificarmos a pertinência dos depoimentos como fontes de informação.

BOSI coloca que:

“A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo  
É tarefa do cientista social procurar esses vínculos de afinidades eletivas entre fenômenos distanciados no tempo” (Bosi, 2004, p.30).

Dentro dessa tarefa, a personalidade do sujeito que revela as memórias nos parece fundamental. Ao longo do trabalho, tivemos uma preocupação constante, procurando entender como esse sujeito se situa e lê as experiências pelas quais passou. Nos preocupamos também em entender como essa leitura se relaciona com a ideologia<sup>38</sup> e como ela constitui uma identidade de luta política.

Dentro desse contexto destacamos a seguinte passagem:

---

<sup>38</sup> “A inversão entre causa e efeito, princípio e consequência, condição e condicionado leva à produção de imagens e idéias que pretendem representar a realidade. As imagens formam um imaginário social invertido - um conjunto de representações sobre os seres humanos e suas relações, sobre as coisas, sobre o bem e o mal, o justo e o injusto, os bons e os maus costumes, etc. Tomadas como idéias, essas imagens ou esse imaginário social constituem a ideologia. A ideologia é um fenômeno histórico-social decorrente do modo de produção econômico” (Chauí, 1994, p. 416).

“Se a substância memorativa se adensa em algumas passagens, noutras se esgarça com grave prejuízo para a formação da identidade. É grave também nesse processo o ofuscamento perceptivo, ou melhor dizendo, subjetivo, uma vez que afeta o sujeito da percepção. As coisas aparecem com menos nitidez dada a rapidez e descontinuidade das relações vividas; efeito da alienação, a grande embotadora da cognição, da simples observação do mundo, do conhecimento do outro” (Bosi, 2004, p.24).

Dessa forma, construímos nossa compreensão de memória, entendendo-a sob influência de um imaginário social, por isso, da mesma forma que “pertence” ao indivíduo, remete às relações sociais em que ele se insere.

### ***O contexto de realização das entrevistas e os desafios colocados para a interpretação dos registros realizados***

O exercício de compreensão dos aspectos subjetivos não prescinde do papel social que cumprem aqueles que sentem, pensam e se expressam e de como nos posicionamos em relação a esse papel. A leitura tem condicionamentos relativos à história de vida dos sujeitos e, como parte dessa história, é fundamental o entendimento da classe social em que cada sujeito se encontra. A construção e expressão da memória também são espaços em que se trava a luta de classes:

“Se há uma relação que une época e narrativa, convém verificar se a perda do dom de narrar é sofrida por todas as classes sociais; mas não foi a classe dominada que fragmentou o mundo e a experiência; foi outra classe que daí extraiu sua energia, sua força e o conjunto de seus bens” (Bosi, 2004, p.25).

Foi principalmente no primeiro bloco de questões que nos deparamos com a questão do contexto de produção das respostas. Nesse sentido, THIOLENT, lembra que um dos problemas mais importantes levantados por BOURDIEU<sup>39</sup> em relação a investigação social “diz respeito à duplicidade dos princípios de produção das opiniões: princípio político e princípio ético<sup>40</sup>”.

---

<sup>39</sup> BOURDIEU apud THIOLENT (1985).

<sup>40</sup> Nesse caso, o autor trabalha ética como sinônimo de moral, que pode ser entendida como os “valores concernentes ao bem a ao mal, ao permitido e ao proibido, e a condução correta” instituído por uma sociedade a todos os seus membros (Chauí, 1994, p.339). O princípio político tratado por BOURDIEU, diz respeito às “condições de produção das opiniões, que variam consideravelmente em função das classes ou das

Como colocado por esse autor, podemos também perceber como esses princípios se confundem de maneira que devemos ter cuidado na interpretação de posições éticas como posições políticas e vice-versa. Esse é o tipo de problema que pode emergir da situação de entrevista e ao qual o investigador tem que estar atento para que as informações levantadas sejam críveis.

Em relação ainda ao contexto de realização das entrevistas, foram importantes as observações feitas pela professora Dra. Maria do Carmo, da Faculdade de Educação da Unicamp em uma entrevista pessoal, colocando que haveria limites para as respostas aos temas abordados, limites esses relacionados às próprias estruturas de poder e à dinâmica cultural, presentes no interior do Acampamento.

“A situação de coleta de dados opinativos ou fatuais envolve um certo tipo de sociabilidade manifestada no contato efetivo dos investigadores com as diversas populações, onde os problemas de comunicação são socialmente determinados” (Thiollent, 1985, p.52).

Essa foi mais uma dificuldade metodológica marcante. Apesar do que ela representou de obstáculo, pudemos também amadurecer a partir dela, na medida em que notamos, com maior ou menor clareza, dependendo da entrevista, as diferenças culturais existentes e tivemos que nos esforçar para tentar ajustar as perguntas para que houvesse diálogo. Ainda a esse respeito, cremos que nosso envolvimento com outros acampamentos e a própria experiência no processo de construção do Acampamento “Milton Santos” desde antes da primeira ocupação, em 12 de novembro de 2005, favoreceram para criar um clima de maior cumplicidade e de compreensão recíproca nos momentos das entrevistas.

As entrevistas foram feitas com indivíduos de diferentes faixas etárias e gêneros, no caso do resgate de aspectos das histórias de vida. Escolhemos ainda uma moradora da comunidade que falou a respeito do processo de luta do acampamento e um militante que conhece bem a história do MST na região.

Além dos problemas na estruturação e realização das entrevistas, é importante salientar as dificuldades existentes quanto ao processo de interpretação das informações levantadas e de seu relacionamento com outras fontes de informação. Essa é a última dificuldade que experimentamos nesse processo de trabalho com as entrevistas. Ela é tanto

---

conjunturas” (Thiollent, 1985, p.57).

mais complexa na medida em que reflete possíveis distorções nos dois processos anteriores. Pudemos perceber que os erros na estruturação são cumulativos aos processos subsequentes de execução da entrevista e de interpretação de seus resultados.

Nesse tipo de trabalho, há a necessidade de um duplo esforço, de não romantizar os sujeitos e as condições das lutas que são permeados de privações e de contradições, e, por outro lado, de não incidir julgamentos segundo a moral burguesa, criminalizando ou mesmo satanizando os setores populares que participam desse processo de luta.

Encontramos discursos permeados de simbologias que refletem a existência e influências da organização política dos movimentos sociais que lutam pela terra e pela Reforma Agrária. Revelarmos esses elementos, como faremos no próximo capítulo, atesta o caráter de não-neutralidade que assumimos em nosso discurso.

Quando nos propusemos a realizar esse trabalho, suspeitávamos que alguns elementos seriam afirmados. Pensando nos sujeitos dos discursos, difícil seria exigirmos uma postura de neutralidade. Eles estão inseridos em uma nova realidade de luta e de vida. A trajetória de vida de muitos dos entrevistados e das entrevistadas apresenta uma série de continuidades e discontinuidades. Para praticamente todos os entrevistados, há uma discontinuidade em comum, o processo de ingresso no acampamento.

Diferentemente de outros trabalhos, como as pesquisas de opinião eleitoral, que apresentam um aspecto conformista<sup>41</sup>, o trabalho no acampamento retrata uma situação de mudanças. Essas mudanças dizem respeito aos mais diferentes aspectos, político, econômico, cultural, conformando uma nova identidade para os sujeitos sociais envolvidos nessa luta. Em “Pedagogia do Movimento Sem Terra”, BOGO (2000) apresenta elementos fundamentais da constituição da identidade sem terra a partir da compreensão de cultura que, segundo o autor “significa tudo o que criamos, fazemos e sentimos ao produzir nossa existência.”

Há uma intencionalidade na produção de cultura e da vida para o Movimento. Isso cria uma relação de um constante ensinar e aprender para aqueles que ingressaram nas

---

<sup>41</sup> Esse autor não concorda com a existência de regimes democráticos dentro do sistema capitalista. Por isso questiona a metodologia que pressupõe essa “democracia”. As pesquisas de opinião, portanto, se “conformam” com a (falsa) idéia de que existe democracia no capitalismo (Thiollent, 1985, p. 66-78).

fileiras do MST e para o próprio movimento de luta pela terra, em geral. Temos assim, de um lado, as famílias conhecendo o MST e se envolvendo com as lutas empreendidas por essa organização, que tornam-se suas próprias lutas, de outro o movimento conhecendo as famílias e construindo suas perspectivas de atuação junto a elas.

O resultado é um processo de releitura da própria história de vida à luz da nova situação social (bem como uma renovação do próprio movimento de luta pela terra) e esse trabalho está permeado dessa dialética.

## **Capítulo III. “Milton Santos”: na região, nos sonhos, na luta**

Nesse último capítulo procuraremos conciliar nossa visão sobre a questão agrária, exposta em linhas gerais no primeiro capítulo, com a experiência que tivemos na história do acampamento “Milton Santos”.

Inicialmente traçaremos uma descrição sócio-econômica da Região Metropolitana de Campinas. Em seguida passaremos a breves considerações sobre a atuação do Movimento Sem Terra nesta região nos últimos anos. A entrevista que tivemos com um militante sem terra (em anexo) complementarás essas considerações.

Por último, trataremos da história da ocupação; através de uma breve cronologia, destacando momentos importantes a partir das informações que dispomos. Estas informações são advindas tanto da participação direta que tivemos em alguns momentos da história do acampamento, quanto das entrevistas e outras conversas com muitos dos que participaram dessa trajetória.

Procuraremos, também, identificar algumas das motivações que influenciaram os protagonistas desta luta (os que entrevistamos) a se lançarem em outro projeto de vida. Veremos relatos que destacam as dificuldades relacionadas à sustentação econômica e também sonhos e valores cultivados por cada um dos depoentes, o que nos remete a um esforço de compreensão do lado subjetivo daqueles com quem estivemos em contato em função desse trabalho. Esse esforço também nos pareceu importante, pois a partir dele pudemos entender de uma maneira mais ampla o que motiva a existência dos diferentes sujeitos com os quais estamos nos relacionando, a partir de valores e sentimentos expressados por eles mesmos.

Levantamos elementos de algumas falas, dimensões subjetivas da existência, fundamentais para o engajamento nesse processo de luta coletiva.

### ***Sobre a Região Metropolitana de Campinas (RMC)***

A RMC foi institucionalizada pela Lei Complementar Estadual nº 870, de 9 de junho de 2000. Os 19 municípios que compõem essa região ocupam juntos uma área de 3.673 km<sup>2</sup>. Fazem parte da Região Metropolitana: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. A população da região em 2000 era de 2.333.230 pessoas<sup>42</sup>. Nesse mesmo ano, o censo apontava para 68.309 habitantes da região vivendo no meio rural. A média de urbanização da região a partir desses dados era de 97,1%. Nas últimas décadas, a região se destaca como importante pólo de atração populacional no estado. Sua participação no total da população de São Paulo subiu de 3,8% em 1970, para 5,1% em 1980, para 5,9% em 1990, atingindo 6,3% em 2000 (Cano, 2002, p. 407).

O PIB (Produto Interno Bruto) da região em 1999, correspondia a 3,8% do PIB brasileiro e só era menor que os dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia (Cano, 2002, vol.2, p.405).

A agropecuária na região destaca-se pela produção de carnes, leite e ovos, que juntos perfazem a maior parte do valor de produção, R\$ 218.215.935,1043, o que equivale a 36,4% do total regional. As culturas da cana-de-açúcar e citros, importantes *commodities* agrícolas, são expressivas na região, tanto nos valores de produção gerados quanto no que se refere às áreas plantadas, que correspondiam a, respectivamente, 51.989,3 e 17.817,5 hectares em 2003. A produção de olerícolas e fruticultura também é significativa, facilitada pela proximidade dos maiores centros consumidores brasileiros, a Região Metropolitana de São Paulo e a própria RMC (Francisco e Silva, 2006).

Além das características da produção, a estrutura fundiária é outro fator fundamental para entendermos como a questão agrária se coloca na região. Reproduzimos a seguir a tabela que FRANCISCO E SILVA (2006) apresentaram a respeito da estrutura fundiária da região em 2003:

Tabela 5. Estrutura Fundiária da Região Metropolitana de Campinas, 2003.

---

<sup>42</sup> A população estimada em 2007 é de 2.704.319 segundo o site da <http://www.emplasa.sp.gov.br/> (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA) acessado pela última vez em 11/01/07

Classe de Área (hectare)	Área (hectare)	Número de UPAs*	Porcentagem acumulada do n de UPAs*
0-1	137,0	216	2,9
1-2	825,0	483	9,4
2-5	5.796,4	1.701	32,2
5-10	11.351,2	1.497	52,3
10-20	21.647,9	1.508	72,5
20-50	36.974,9	1.199	88,5
50-100	29.598,5	423	94,2
100-200	32.124,0	232	97,3
200-500	45.549,8	145	99,3
500-1000	28.329,4	41	99,8
1000-2000	12.470,8	10	100,0
2000-5000	4.933,6	2	100,0
5000-10000	8.009,6	1	100,0
Total	237.748,1	7.458	-

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (2003) org. por Francisco & Silva (2006).

\*UPAs: Unidades de Produção Agrícola

Segundo esse levantamento realizado pela CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), observamos que 3.897 (ou 52,3%) do total de 7.458 unidades de produção agrícolas (UPAs) detêm 18.109,6 hectares (ha) ou 7,6% da área total (237.748,1 ha). As unidades com mais de 500 ha (54) equivalem a 0,7% do total de UPAs e detêm 53.743,4 ha ou 22,6% da área total. Portanto, assim como observamos nos índices nacionais (ver tabela 3), verificamos regionalmente uma alta concentração de terras. A

---

<sup>43</sup> Dados de 2005 retirados de FRANCISCO E SILVA(2006).

maior UPA da região, localizada em Cosmópolis (uma das cidades em que se encontra o acampamento Milton Santos), tem uma área maior do que a soma das áreas das 2400 UPAs com menos de 5 hectares.

Reivindicar uma maior equidade na estrutura fundiária da região parece, mediante esses dados, uma demanda legítima. Entretanto, como já discutimos ao longo desse trabalho, uma política de reforma agrária deve contemplar não só a má distribuição fundiária, mas todo o conjunto de relações sociais que se estabelece no campo e entre este e o conjunto de toda a sociedade.

### ***Histórico e Urbanização na RMC***

A RMC que se destacou inicialmente como importante núcleo do “complexo cafeeiro paulista”<sup>44</sup>. A partir do crescimento dessa atividade na segunda metade do século XIX, foi se transformando em um importante pólo industrial ao longo do século XX. A partir da década de 1970 se acentua a importância relativa da industrialização da região frente ao restante do estado.

As migrações populacionais que acontecem a partir dessa mesma década ganham destaque para a estrutura demográfica dos diversos municípios da região . CANO et al (2002) destacam o papel da dinâmica migratória na constituição da estrutura urbana da RMC:

“Como pólo dinâmico de atração, experimentou também importantes movimentos populacionais internos à área da metrópole, consolidando vários eixos de expansão econômica e de atração populacional. Esse espraiamento produtivo e demográfico, isto é, uma espécie de transbordamento do município-sede da metrópole para subnúcleos, e por toda a periferia metropolitana, é processo mais ou menos natural e inexorável que acompanha a expansão e complexificação da integração dos grandes aglomerados urbanos. Os movimentos ocorrem tanto por fatores de atração de contingentes populacionais em razão da dispersão, pelos outros municípios de atividades produtivas modernas, quanto por fatores de expulsão da população de mais baixa renda, que são empurradas crescentemente para áreas com baixa acessibilidade a serviços e infra-estruturas, terrenos mais baratos etc. Nesse contexto, acentuam-se os processos de horizontalização<sup>45</sup> e periferização populacional.”(Cano, 2002, vol.2, p.409)

---

<sup>44</sup> O “complexo cafeeiro” paulista representa o conjunto de atividades econômicas que se formou em torno das atividades de produção, escoamento, comercialização e exportação de café no estado de São Paulo.

O processo de urbanização trouxe uma série de consequências negativas à região. Como nas outras regiões metropolitanas brasileiras, uma parte significativa da população se encontra alijada de serviços básicos fundamentais, como de saúde e educação, e crescem os problemas sociais do desemprego e da criminalidade, todos eles associados em algum grau à segregação espacial destacada acima<sup>46</sup>.

## ***A ação do MST na região***

É nesse contexto regional que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) decidiu atuar de maneira mais estruturada a partir da década de 2000. “O Movimento há muitos anos já fazia trabalho de base na região de Campinas” (Elias “Gordo”, 2006, relato oral)<sup>47</sup>. O trabalho não se limitava aos municípios da RMC, também nos municípios de Leme, Limeira, Araras e Rio Claro houve atuação do MST durante a década de 90.

Um marco no processo de consolidação da Secretaria Regional foi a organização do acampamento “Terra Sem Males” em 13 de abril de 2002, na fazenda “Capuava”, em Bragança Paulista.

Em sua atuação na região, o Movimento vem conquistando o apoio de diversos setores da sociedade civil organizada e atores políticos para sua luta. Dentre eles, destacamos alguns sindicatos, entidades estudantis e parlamentares. Além disso, há muitos estudantes, professores (da rede pública e privada dos diferentes níveis de ensino) e trabalhadores, não necessariamente vinculados a alguma entidade de categoria ou de classe, que têm contribuído com o movimento.

## ***A preparação e a ocupação***

---

<sup>45</sup> “Horizontalização” é entendida no contexto do “transbordamento” exposto neste mesmo trecho acima.

<sup>46</sup> O incremento demográfico traz também consigo o fenômeno da especulação imobiliária. No trabalho já citado de FRANCISCO & SILVA (2006), há dados interessantes que sugerem um aumento dos preços de terras agrícolas relacionado à atuação da especulação imobiliária na região. Os processos de ocupações irregulares, expropriação de trabalhadores rurais e degradação do meio ambiente, levantados por essas autoras, são importantes para se dar atenção na discussão sobre a questão agrária.

A segunda ocupação organizada pela Secretaria Regional de Campinas do MST culminou no o acampamento “Milton Santos”. O processo de organização da ocupação requer antes que seja feito o trabalho de base. “Trabalho de base a gente poderia dizer que é uma espécie de educação política” (Elias “Gordo”, 2006, relato oral). Nesse processo de educação política, discutem-se as dificuldades existentes no dia-a-dia da população pobre e procura-se estabelecer a relação existente entre pobreza, riqueza e exploração dentro da história e da organização atual da sociedade brasileira. Dentre as diversas questões que surgem no debate (muitas das quais que dizem respeito à imagem distorcida veiculada pelos meios de comunicação de massa sobre o Movimento), ganha destaque a necessidade da organização coletiva para a superação do quadro de pobreza e injustiça social. Dessa maneira, muitos trabalhadores e trabalhadoras se convencem de que a mudança da situação de carência em que se encontram depende da estrutura política e econômica da sociedade e de que para transformar essa estrutura é necessário se organizar e agir.

O Acampamento “Milton Santos” surgiu do esforço desse trabalho de “educação política” realizado na Região Metropolitana de Campinas e na periferia da cidade de Limeira<sup>48</sup> durante o segundo semestre de 2005.

Como consequência desse trabalho, no dia 12 de novembro de 2005, de madrugada, cerca de 100 famílias, além de estudantes, sindicalistas entre outros apoiadores, ocuparam a fazenda da antiga granja Malavazi, em Limeira.

O Acampamento logo acolheu mais pessoas, de forma que o número de famílias chegou a mais de 300 em fins de novembro e início de dezembro.

---

<sup>47</sup> A transcrição completa dessa entrevista está em anexo.

<sup>48</sup> Limeira é uma cidade de cerca de 300 mil habitantes. Além de ter os setores industrial e de serviços expressivos, Limeira se destaca pela importância do setor primário. Dentre as culturas agrícolas, a citricultura é a que tem maior destaque. A produção estimada em 269.280 toneladas de laranjas em 2003 ocupava uma área de 17.188 hectares segundo dados do IBGE. No acampamento “Milton Santos” há inúmeras pessoas que já trabalharam na lavoura de laranja desta cidade, como trabalhadores sazonais. Esse trabalho, de maneira geral pesado e mal-remunerado, cumpre a função de complementar a baixa renda familiar. Algumas famílias já no acampamento ainda dependem dos serviços prestados aos grandes produtores de laranja como podemos ver na foto (em anexo) em que um ônibus leva trabalhadores do acampamento para a colheita de laranja. Isso aponta para a necessidade de que o poder público acelere as condições necessárias para que as famílias tirem seu sustento do futuro assentamento.

No dia 20 de novembro era veiculada uma mensagem pelo Núcleo pela Reforma Agrária “Carlos Marighella” em um site de notícias e discussões, descrevendo a situação do acampamento:

“Se no dia 12, durante a ocupação, havia cerca de 100 famílias, atualmente o número de famílias já ultrapassa a marca de 200.  
Na fase atual está ocorrendo a organização estrutural e política do acampamento.”<sup>49</sup>

A maioria dessas famílias era oriunda da própria cidade de Limeira. A existência de um histórico de lutas no município por moradias populares e o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos local para a atuação do MST em Limeira, influíram, de maneira decisiva, para a grande participação de limeirenses no acampamento. A realização da ocupação em uma área relativamente próxima ao perímetro urbano da cidade também encorajou muitos a ingressarem na luta.

Os proprietários da granja, que faliu, adquiriram dívidas e entre os beneficiários destas dívidas estavam antigos funcionários da granja. Alguns desses funcionários, moradores de outra parte da fazenda que não a ocupada, avaliaram positivamente a ação do movimento e vislumbraram a possibilidade da ação agilizar o processo judicial, em trâmite, visando a garantia de seus direitos trabalhistas.

Apesar da situação de pendência financeira dos proprietários, inclusive em relação a órgãos públicos, a área, naquele momento, não se tornou passível de ser destinada para Reforma Agrária. Foi decretada então a reintegração de posse e antes que ela fosse cumprida, as famílias saíram e se encaminharam para a área da Fazenda Santa Júlia. Nessa segunda ocupação, mais afastada do perímetro urbano, as famílias tiveram algumas dificuldades devido ao isolamento maior em que se encontravam. A área ocupada estava improdutiva, mas, apesar disso, o direito de posse foi garantido aos proprietários e o acampamento recebeu a sua segunda ordem de despejo.

Saindo da fazenda Santa Júlia, as famílias deslocaram-se para a área em que viria a ser constituído o pré-assentamento Milton Santos pelo INCRA. Essa área abrange terras dos municípios de Americana e Cosmópolis.

---

<sup>49</sup> <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/11/338698.shtml>.

A área, que já havia sido desapropriada em dezembro de 2005 (devido a uma luta travada anteriormente, da qual trataremos a seguir), foi um espaço importante para o estabelecimento das famílias sem risco de outro despejo. Entretanto, com o estabelecimento do Acampamento na área surgiu uma série de desafios. O primeiro deles foi em relação ao próprio tamanho do antigo sítio. Os 103,4 hectares totais<sup>50</sup> seriam suficientes para assentar as cerca de 100 famílias? A resposta para tal pergunta explica a razão das lutas posteriores que seriam (e ainda deverão ser) travadas pelo acampamento.

A área do sítio Boa Vista, que hoje é do futuro assentamento por compra do INCRA, pertence ao poder público desde 1978. Naquele ano o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) tomou posse da área, de 103,4 hectares que, no entanto, continuou a ser utilizada por interesses particulares, integrando a extensa área destinada ao plantio de cana-de-açúcar explorada pela Usina Ester. Essa Usina, fundada em 1898, é uma das principais empresas da região e seus administradores têm participado ativamente da vida política no estado desde então, sobretudo no primeiro quinquênio do século XX<sup>51</sup>.

O MST já havia requisitado a área em uma ocupação realizada em 19 de fevereiro de 2004, mas devido à forte influência política da Usina na região, houve uma dura repressão policial e a área permaneceu sendo explorada pela Usina por mais dois anos.

Em 23 de dezembro de 2005 o acampamento “Milton Santos” se dirigiu para lá, onde veio a se constituir oficialmente o “Pré-assentamento Milton Santos”, após aquisição e destinação da área para fins de Reforma Agrária pelo INCRA.

No primeiro semestre de 2006, O INCRA sugeriu que a área abrigasse praticamente todas as famílias que se encontravam no acampamento. A “Pré-Proposta de Assentamento PDS<sup>52</sup> Comuna da Terra Milton Santos” apresentada por este Instituto contemplaria 100 famílias, que trabalhariam coletivamente no cultivo de hortifrutigranjeiros. O Acampamento, entretanto, não aceitou a proposta. A principal alegação do MST e da coordenação do Acampamento era que segundo neste proposta, a área útil de cultivo por

---

<sup>50</sup> Esse número inclui cerca de 34 hectares que devem ser designados à área de preservação permanente, reserva legal ou ocupada por benfeitorias.

<sup>51</sup> Para maiores informações a esse respeito, “Usina Ester: 100 anos de história” de Danuzio Gil Bernardino da Silva.

<sup>52</sup> Projeto de Desenvolvimento Sustentável.

família seria de 0,6 hectares, o que é bastante inferior ao módulo de 2 a 5 hectares, considerado adequado para assentamentos próximos aos grandes centros urbanos<sup>53</sup>.

Em 15 de agosto de 2006, quando o acampamento completava pouco mais de 9 meses, o movimento realizou outra ação, procurando chamar a atenção da sociedade ocupando uma outra área pública, que, como o antigo Sítio Boa Vista<sup>54</sup>, vem sendo utilizada pela Usina Ester. A área ocupada se encontra próxima ao Acampamento “Milton Santos”, em torno de um a dois quilômetros. Apoiadores da luta do MST na região e a maior parte das famílias do “Milton Santos” participaram dessa ação, mas não foi possível estabelecer um acampamento sobre a área. A polícia novamente interveio, impedindo que se concretizasse a ocupação e garantindo, assim, a posse da Usina. O batalhão policial estava preparado para o despejo, que seria auxiliado por um trator da Usina, mas para evitar o confronto os sem terra decidiram pela saída pacífica da área. A partir dessa ação, foram obtidas reuniões com autoridades estaduais, visando agilizar o processo de retirada da área da posse da Usina para destiná-la à Reforma Agrária.

Somente a área destinada ao pré-assentamento não é suficiente para as cerca de 100 famílias que permaneceram na luta do acampamento “Milton Santos”. É necessário que os órgãos executores de políticas de reforma agrária nos âmbitos estadual e federal disponibilizem uma quantidade de terras suficiente para o assentamento, que contemple às necessidades de geração de renda das famílias através do trabalho rural.

Tendo em vista a morosidade das atuais políticas públicas no que se refere aos assentamentos rurais, será necessário que o MST e o acampamento “Milton Santos” continuem pressionando o Estado.

## ***O engajamento na luta e as perspectivas***

Grande parte dos que, em algum momento, participaram do acampamento não puderam ou não se dispuseram a continuar na luta. Há pessoas que foram para o acampamento sem, necessariamente, passar pelo trabalho de base. Vivendo o dia-a-dia da

---

<sup>53</sup> A referência da área foi retirada do trabalho de MATHEUS (2002)

<sup>54</sup> O sítio era de propriedade do INSS desde 1978, mas desde então, até 2005, vinha sendo utilizado pela

ocupação e participando dos espaços coletivos de organização, as pessoas vão escolhendo entre ficar e abraçar a luta ou tomarem outras direções, dentre as quais, voltar para a vida que levavam anteriormente. “Viver é negócio muito perigoso...” (ROSA, 1972, p.11). Nenhuma escolha é simples. Aqueles que escolheram por ficar, tiveram uma descontinuidade em suas vidas, que para muitos se relaciona, dentre outros motivos, com uma vida de sofrimentos que se escolhe viver no presente para garantir um futuro mais tranquilo. As carências materiais no dia-a-dia do acampamento, os riscos de enfrentamento com a polícia e o preconceito de grande parte da sociedade em relação à luta e ao MST, são dificuldades que ouvimos muitas vezes pelos acampamentos sem terra. Porém, a expectativa da conquista futura é preponderante para muitos permanecerem e se aprofundarem na luta. Essa projeção de um futuro melhor ganha uma dimensão especial para aqueles que têm filhos conforme percebemos através de conversas com muitos pais e mães que encontramos no “Milton Santos”.

A terra, antes de tudo, dá as condições de suprir as necessidades básicas do ser humano, como percebemos nesse trecho do depoimento do seu Braz:

“Ah... O trabalho da roça é muito importante, né. Trabalha mais a vontade. Tem uma barriga mais cheia (...)”

Além da “barriga cheia”, seu Braz se refere aqui também à autonomia que ele ganha com a possibilidade de ter uma terra para desenvolver o seu trabalho<sup>55</sup>. Seu Braz, que veio do trabalho rural no interior de Pernambuco, trabalhou de pedreiro em Limeira, porém, nesta cidade, nem sempre tinha oportunidade de serviço, o que é mais um motivo pra se voltar pra roça:

“Ah... na cidade era difícil, né. A gente trabalhava por conta. Um dia tem serviço, outro não tem. Que nem essa semana mesmo, ói, trabalhei a semana dois dias. E essa semana não tem. Aí... Na roça você tem serviço todo dia, né. Começa o dia e você sabe pra onde vai. Na cidade não.”

---

Usina Ester.

<sup>55</sup> Há também um anseio por parte de muitos em não se submeterem a trabalhos que exigem longas e intensas jornadas com remuneração insatisfatória.

As possibilidades de trabalho que se abrirem no futuro assentamento irão substituir o “trabalho por conta” que muitos realizavam, em suas próprias residências quando moravam na cidade. A chamada “indústria a domicílio” (Kautsky, 1968, p.196) parece realmente não ser uma boa opção de trabalho, como podemos acompanhar nesse relato da Vanessa sobre sua rotina no trabalho de soldagem de jóias:

“(Eu ficava) Sentada o dia inteirinho numa mesa. De lá eu não saia. A não ser na hora da novelinha. Eu tinha que ficar ali parada, soldando. Porque você ganha por milheiro. Se você faz duas mil peças, você ganha 20. Então você tinha que ficar ali, sentada, se não você não tira o dinheiro que você tem que tirar no dia.”

Quando questionada sobre o que espera para o futuro, Cacilda destaca, além da organização de seu lote (sítio), incluindo as plantações, os animais e a casa, a expectativa de uma boa organização do assentamento e a abertura de outras alternativas de trabalho que não só o agrícola.

“(...) uma boa escola pros meus filhos estudar (...), um posto de saúde, e tivesse mais funções de trabalho por perto dentro do movimento para que as pessoas que tivessem sua casa, seu abrigo certo, suas coisas, eles também tivessem uma maneira de ir trabalhar aqui mesmo, junto com o movimento, possuindo, vendendo, comprando e tendo um trabalho também por aqui. Que nem vamos supor, se eu conseguisse um dia ser uma professora, ajudasse a contribuir nas salas de aula e assim também tivesse renda de fora para contribuir aqui (...)”

Essas considerações da Cacilda são importantes de serem debatidas pelo conjunto do acampamento. É necessário que a comunidade tome para si a responsabilidade para organizar as mais diferentes esferas da vida no futuro assentamento. Esse novo espaço não será apenas um espaço de trabalho rural, mas nele serão organizadas as vidas de dezenas de pessoas. A autonomia do assentamento passará pela profissionalização de seus moradores para cumprirem funções organizativas não só relacionadas ao trabalho rural, mas também de saúde, educação, lazer e do próprio trabalho político do MST.

Os motivos para ingressar na luta, assim como as expectativas que ela desperta, não são únicos e nem têm uma única lógica. Na entrevista que realizamos com a Cida vemos isso de maneira clara:

“ Eu fiquei sabendo na realidade através de uma colega minha. Que eu pagava aluguel para ela e ela chegou em mim e falou assim: Ah Cida ta tendo ocupação na Malavazi, aí eu falei: Ah

não. Aí ela falou: Mas não é o sonho do seu marido, que ele quer ir?! Aí eu falei assim: Eu vou ligar no celular pra ver se ele quer ir. Aí eu liguei e aí rapidinho ele falou: Ah não, a gente vai sim. Aí eu falei: Então vem aqui pra gente conversar. Aí ele foi, fechou bar e veio, foi na casa pra conversar comigo, aí a gente conversamos e fomos lá, aí a gente marcou o terreno. Aí no outro dia a gente foi fazer o barraco e ficamos”.

A luta dá vazão para antigos sonhos de muitos. Essa dimensão é importante para entendermos as ações políticas empreendidas pelo MST. Nas lutas do movimento temos uma constante interação entre sonho e realidade. O sonho de construir raízes para uma nova vida, a se tornar concreta pela luta. Segundo BOSI (2004), “o enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir” (Bosi, 2004, p.175 *apud* Weil, 1996, p.347).

Prosseguindo em sua reflexão, essa autora comenta algo que é importante para entender algumas das motivações de pessoas que entraram para o acampamento “Milton Santos”:

“A metáfora de Weil (do desenraizamento) ganharia uma força inesperada se enxergássemos nos loteamentos populares como a terra é raspada pelo trator que condena o solo à esterilidade. Roubando-se a camada de terra-mãe, fértil, escura, o morador fica impedido de plantar no torrão árido e vermelho sobre o qual assenta a casa. Assim começam os bairros de periferia, despojando o homem da terra de sua própria humanidade” (Bosi, 2004, p.177)

A partir disso, compreendemos que muitas das histórias que escutamos no acampamento não podem ser entendidas apenas do ponto de vista estrito da realidade material dos sujeitos dessa luta. Embora as diversas dificuldades econômicas e carências enfrentadas sejam elementos constitutivos e centrais na história relatada por esses sujeitos, a relação estabelecida entre realidade e expectativas não é tão trivial quanto possa parecer em um primeiro momento.

A questão agrária mal resolvida, culminando em uma questão urbana extremamente problemática, traz dificuldades de duas ordens para o conjunto da sociedade brasileira. Uma de ordem objetiva: o processo de periferização e de exclusão social; concomitante a esse processo, temos um outro de ordem subjetiva, de ordem existencial, ao qual se refere Bosi, na citação acima, com a idéia de desenraizamento. Analisando a relação entre lugar e o cotidiano na sociabilidade e existência humana, Milton Santos nos lembra que “não são

apenas as relações econômicas que devem ser apreendidas numa análise da situação de vizinhança, mas a totalidade das relações” (Santos, 2002, p.318).

A vizinhança aqui é entendida como o lugar em que as pessoas existem cotidianamente. O autor destacará, em seguida, nesse mesmo texto, o papel da afetividade e da paixão nos processos de mudança da consciência humana “levando a uma percepção global, “holista”, do mundo e dos homens” (Santos, 2002, p.138).

Dessa forma, nos parece importante incluir o elemento da subjetividade na compreensão dos processos sociais. A subjetividade apresenta características que não podem ser compreendidas de um ponto de vista estritamente racional.

Causa indignação, porém, o uso que os mantenedores do *status quo* fazem dos elementos da subjetividade com o objetivo de reproduzirem a sociedade do consumo e da alienação. Podemos acompanhar perplexamente isso, por exemplo, em propagandas de carros ou cartões de crédito, veiculadas a cada intervalo comercial durante a programação televisiva.

Isso, porém, não nos impede de insistir no entendimento da importância dos elementos autênticos da subjetividade para os processos de transformação social e humana. Essa subjetividade, no nosso ponto de vista, deve caminhar de mãos dadas, nesse momento, à indignação frente à exploração capitalista do trabalho e suas conseqüências em toda a dinâmica social. As atitudes de transformação da realidade conjugam necessariamente razão e emoção. É necessário avançar nos dois campos: entender a estrutura econômica capitalista e o potencial que temos em revolucioná-la, edificando uma sociedade sobre outra lógica de produção, circulação e consumo; e compreender as potencialidades que existem em cada ser humano e os diversos sentidos de existência que podem aflorar, além daqueles muitos outros que irão existir em um mundo justo e solidário.

## Considerações finais

A partir das reflexões que fizemos nesse texto, entendemos que a luta pela Reforma Agrária mantém sua atualidade na sociedade brasileira. Isso é importante não só para justificarmos o tema desse trabalho, mas para justificarmos os movimentos políticos que continuam reivindicando essa bandeira histórica dos trabalhadores. Discutindo algumas características do papel da agricultura para o desenvolvimento do capitalismo atual, pudemos apontar elementos que remetem à amplitude que a Reforma Agrária deve assumir. Essa amplitude necessita da subversão da exploração da agricultura pelo capital financeiro. É necessário que todas as cadeias produtivas em que há a participação dos produtos agrícolas deixem de ser controladas por grandes monopólios e passem ao controle dos trabalhadores. Isso faz com que a implementação da reforma agrária pressuponha uma transformação das relações de produção na sociedade o que implica, portanto, em uma transformação profunda.

O desafio em nosso trabalho foi partir desses aspectos mais gerais para justificarmos uma iniciativa de luta mais localizada. O estabelecimento de uma relação entre o todo e a parte para se discutir a questão agrária não é tarefa simples. Ensaíamos sua realização nesse trabalho, mas ao longo de sua elaboração fomos nos dando conta das diversas limitações, dificuldades e, mesmo armadilhas, que se colocam para essa tarefa.

Dentre as muitas dicotomizações presentes na realidade social, algumas vieram à tona durante a produção desse trabalho, a começar pela dicotomização entre subjetivo e objetivo. Trabalhar com a subjetividade traz consigo o risco de extrapolarmos a dimensão individual, dando-lhe um peso indevido na compreensão dos processos sociais. Outro risco grave, em nosso ponto de vista, é o de relevarmos o entendimento dos processos sociais para segundo plano, concentrando prioritariamente nossos esforços físicos e intelectuais na compreensão e na experimentação da subjetividade. Por outro lado, podem ser realizados trabalhos interessantes que contemplem dimensões subjetivas da realidade, como procuramos justificar em nosso debate metodológico no segundo capítulo. O próprio esforço investigativo de espaços de luta como o Acampamento “Milton Santos” requer um entendimento das dimensões da vida relevantes para aqueles envolvidos nesse tipo de luta.

O fim da exploração daqueles que produzem as riquezas na sociedade não nos é apenas um jargão, mas o compromisso que assumimos não só com nós mesmos, mas com toda uma classe social, exposta antes de tudo a uma exploração de caráter econômico.

O que percebemos no desenvolvimento desse trabalho é que não há necessariamente um descompasso entre a produção material da sociedade e a produção de subjetividades. Mas para a manutenção da exploração da riqueza produzida pelo conjunto dos trabalhadores é necessário esse descompasso. Para além disso, tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos da sociedade capitalista são moldados tendo em vista a reprodução do lucro<sup>56</sup>.

Dentro de um processo de luta mais localizado, nos propusemos a compreender elementos relacionados com a motivação de alguns dos protagonistas da história do Acampamento “Milton Santos”. Em relação a isso, entendemos que o apresentado nesse trabalho ainda pode ser bastante aprofundado. Como nosso objeto de estudo está relacionado a acontecimentos recentes, algumas das interpretações que realizamos em relação ao acampamento certamente serão complementadas, retificadas e pormenorizadas à luz dos novos elementos que surgirão ao longo da trajetória do “Milton Santos” e mesmo de elementos já existentes, mas que não foram contemplados nesse trabalho.

Avaliamos que há muito espaço para trabalhos sobre história oral no Acampamento. As entrevistas devem ser melhor estruturadas e, se ensejarem o levantamento de memórias, devem ser realizadas com mais tempo.

Esperamos que os trabalhos posteriores a serem realizados possam contribuir para um futuro acervo do futuro Assentamento “Milton Santos”. É importante que os frutos de pesquisas e investigações realizadas no Acampamento (ou que dizem respeito a ele) possam estar disponíveis e acessíveis aqueles que estão construindo suas vidas dentro desse espaço de luta.

Tentaremos dar continuidade ao projeto de realização de um documentário sobre a história do acampamento, como mencionado anteriormente. Esse documentário poderá ser um importante instrumento de divulgação da luta pela Reforma Agrária na Região Metropolitana de Campinas.

---

<sup>56</sup> Apesar das considerações que fizemos ao longo do texto a esse respeito, lamentamos não termos mais

Esperamos que o MST e as famílias possam superar muitos dos desafios colocados para a consolidação do futuro Assentamento, dentre os quais, a estruturação da produção agrícola e garantia de vendas de forma a prover a renda necessária para que as famílias vivam com dignidade. A construção de uma adequada infra-estrutura social (casas, escola, centro comunitário, unidade de saúde, espaços esportivos, espaços de lazer, ...) é outro desafio fundamental. Por último desejamos que os integrantes do acampamento “Milton Santos” contribuam para o processo mais amplo e necessário de revolução da sociedade brasileira.

---

espaço para desenvolvermos melhor essa discussão, a nosso ver, fundamental.

## Referências Bibliográficas

BERNARDINO DA SILVA, D. G. **Usina Ester: 100 anos de história/1898-1998.** Cosmópolis – SP: Editora Companhia Aluminis, 1998.

BOGO, A. **O MST e a Cultura.** 2ª edição. Veranópolis – RS: ITERRA, 2001. – (caderno de formação n° 34)

BOSI, E. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social.** 2ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CANO, W. BRANDÃO, C. A. **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente.** Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2002. – (volume 2)

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Editora Ática S. A., 1994.

FURTADO, C. **O Mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Cultura)

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** 19ª edição. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

GEILFUS, F. **80 Herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación.** San Salvador – El Salvador: Prochamate – IICA, 1997. 208p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1980. – (Coleção Primeiros Passos)

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. **Previsão de Safra:** Previsões e estimativas das safras agrícolas no Estado de São Paulo, ano agrícola 2006/07, intenção de plantio, e levantamento final, ano agrícola 2005/06. Setembro de 2006. [http://www.iea.sp.gov.br/out/producao/prev\\_safra.php](http://www.iea.sp.gov.br/out/producao/prev_safra.php)

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária.** Rio de Janeiro – Guanabara: Gráfica Editora Laemmert S. A. 1968.

LENIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo.** 2ª edição. São Paulo: Centauro, 2002.

LOURENÇO, F. A. **Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira.** Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2001.

MACEDO, J. R.; MAESTRI, M. **Belo Monte: Uma história da Guerra de Canudos.** 4ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 208p.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil.** 5ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

MATHEUS, D. **Uma outra concepção de assentamento de reforma agrária: A comuna da terra.** Trabalho de Conclusão do Curso de Realidade Brasileira a partir dos Grandes Pensadores. Juiz de Fora –MG, 2003.

OLIVEIRA, A. U. **As transformações no campo e o agronegócio no Brasil.** Brasília: CONCRAB, 2004. - (cartilha)

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil.** 7ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.

QUEIROZ, M. I. P. **Relatos orais: do “indizível ao “dizível”.** In: SIMSON, O. M. (org.). **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

ROCHA, P; FRANCISCO, V. L. F. S. **Agricultura na Região Metropolitana de Campinas.** In: Análises e Indicadores do Agronegócio, vol.1, n. 1, dez. 2006.

ROUSSO, H. **A memória não é mais o que era.** In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (coords.) Usos & abusos da história oral. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SAMPAIO JR, P. A.; SAMPAIO, P. A. (orgs). **Clássicos sobre a Revolução Brasileira.** 3ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. – (Coleção Milton Santos; 1)

SANTOS, M. **O espaço dividido.** 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 440p. – (Coleção Milton Santos; 4)

SANTOS, M; SILVERIRA, M. L.. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro – RJ. Record, 2001.

STEDILE, J. P.; MARTINS, H.; AMIN, S.; FOUNOU-TCHUIGOU, B.; GRIFFIN, D; RIBEIRO, S. **A situação internacional da agricultura.** Brasília: Via Campesina, 2004. – (cartilha)

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquête Operária.** 4ª edição. São Paulo: Editora Polis, 1985.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral.** (trad. Lólio Lourenço de Oliveira). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

## **Anexos**

### ***Anexo 1. Transcrição de entrevista com militante do MST sobre a história da Secretaria Regional do MST de Campinas***

Estamos aqui no pré-assentamento Milton Santos, dia dois de novembro de 2006, para fazer uma entrevista a respeito da história da regional de Campinas. Então vamos começar.

- Como é que foi o processo de decisão dentro do movimento para criação da Regional?
- O movimento sem terra há muitos anos já fazia trabalho de base na região de Campinas. Trabalhava a cidade de Leme, Limeira, Araras, Rio Claro. Então já era um processo antigo. Desde o início do Movimento Sem Terra que a gente vem fazendo trabalho de base, vinha fazendo conversas com a sociedade em Campinas. Aí no ano de 2000... em 99, aconteceu uma ocupação chamada “Nova Canudos”. E dentro dessa ocupação foi decidido pela militância e pela direção que a gente devia ampliar mais as regionais, abrir novas regionais, já que naquele tempo, o que funcionava muito era o Pontal do Paranapanema, Andradina, Promissão e o Vale do Paraíba. Então a gente não tinha ainda uma Regional Grande São Paulo, uma Regional Campinas e uma Regional Ribeirão Preto. Então naquela época a gente decidiu abrir secretarias naquelas regionais para que fosse ampliado, então, o Movimento Sem Terra naquele tempo. E aí veio para Campinas alguns militantes e Campinas virou uma Regional. Mas antes disso a gente já tinha famílias de Campinas em todos os acampamentos feitos por nós, pelo Movimento Sem Terra. Então tínhamos assentados e acampados no Pontal, assentados e acampados em Andradina, nós tínhamos acampados e assentados no Vale do Paraíba. Enfim, desde o início da história do Movimento Sem Terra em São Paulo que a região tem sido trabalhada. Prova disso é que a gente tem aqui pelo Movimento Sem Terra, dois assentamentos. Em Sumaré, Sumaré I e Sumaré II. Temos também a CAIC lá em Porto Feliz. Então a gente já tinha um histórico na região. Então voltou a funcionar após a ocupação da Nova Canudos, que a gente resolveu abrir essa regional, que não tinha sido aberta. Trabalhávamos aqui, fazíamos trabalho de base por aqui, mas não tínhamos uma secretaria, não tínhamos uma Regional Campinas.
- E a atividade na época da reforma agrária pelo correio do governo Fernando Henrique Cardoso?
- Isso ocorreu logo depois. Em 99 a gente fez a ocupação “Canudos”, que teve uma grande repercussão no estado de São Paulo, porque era uma das maiores ocupações da época. Então a gente foi pra... descemos pra região de Ribeirão Preto... Araraquara, Ribeirão, Franca, Barretos pra gente pode também abrir lá uma regional do Movimento Sem Terra. E Campinas também a gente colocou militantes aqui pra trabalhar, pra fazer esse trabalho e logo depois a gente teve uma surpresa, porque a gente já tinha sido incomodado de todos os lados, né. O Fernando Henrique Cardoso, que era presidente da época, tentava por todas as formas acabar com o Movimento Sem Terra. Primeiro ele desacreditou. Depois ele tentou a cooptação, depois a violência. E por último, ele deixou de se dirigir ao Movimento Sem Terra para se dirigir à sociedade. Então ele dizia em um comercial veiculado na TV, ele dizia o seguinte: Você não precisa mais arrebentar a cerca, o governo vai lhe abrir as porteiras. Ou seja, você não precisa mais acompanhar movimentos sociais ou movimento

sem terra em busca da Reforma Agrária, o governo vai fazer a Reforma Agrária. E aí, nesse comercial ele dizia o seguinte: Vá até uma agência do Correio, faça sua inscrição pra Reforma Agrária e aguarde que, com certeza, você será contemplado. Era mais ou menos isso que ele queria dizer. E na verdade a gente, do próprio movimento, começou a notar a falta de funcionários para atender a demanda dentro dos correios. Então nós mesmos, muitos de nós foram aos Correios e chegando lá a gente buscava por exemplo uma ficha de cadastro e a gente não encontrava ficha. A gente não encontrava um funcionário preparado para atender essa demanda e pra atender também essa população roceira. Aí surgiu em Ribeirão Preto uma idéia. Por que não a gente fazer esse trabalho? Demonstrar para a população, primeiro, que o governo não tinha intenção nenhuma de assentar ninguém, segundo, que aquele comercial era uma propaganda enganosa, e terceiro, que somente os movimentos sociais através das ocupações e através das denúncias poderiam estar cumprindo com a obrigação, que seria do governo mesmo, de estar assentando as famílias pela Reforma Agrária. Então o pessoal que na época estava aqui em Campinas, eu na época não estava aqui em Campinas, mas o pessoal aqui de Campinas várias vezes foram pros Correios e faziam plantão lá nos Correios para atender a população que ia em busca dessas informações sobre Reforma Agrária. Provamos que o governo não tinha intenção de fazer a Reforma Agrária e que aquilo seria uma forma de acabar com o movimento social. Porque se você não precisa fazer luta pra conquistar alguma coisa, então você se acomoda e não precisa buscar essa alternativa chamada luta.

- E daí a “Nova Canudos” foi puxada por quem e onde aconteceu a primeira ocupação da “Nova Canudos”?

- Então, o Movimento Sem Terra precisava estar fazendo na época um grande assentamento, na verdade, ou um grande acampamento no mínimo, né. Já que seria uma atividade estadual, então, a gente precisa fazer um grande acampamento. Então nós já vínhamos de quatro anos de mazelas do Fernando Henrique, já há quatro anos que a Reforma Agrária vinha parada, sem grandes enfrentamentos, sem enfrentamentos na verdade. Então foi uma jornada nacional e a direção estadual do Movimento Sem Terra se reuniu e decidiu que seria numa grande propriedade falida canavieira. Aí foi em Porto Feliz que nós fizemos essa ocupação numa fazenda chamada, se eu não me engano, “Olhos d’água”. Aí a gente fez a ocupação, tivemos o despejo. A “Nova Canudos” foi despejada e aí nós fomos ali pro lado da CAIC, numa área de reserva ao lado da CAIC. E ali nós nos mantivemos durante uns oito meses e aí depois a gente começou a perceber a necessidade de luta. E aí começamos a buscar outros espaços.

- E... a consolidação da regional se deu quando? Porque ela contribuiu, né, de alguma forma as atividades aqui na regional, aqui na região de Campinas, já eram feitas pela Movimento, mas quando a gente pode falar que foi quando consolidou a Secretaria Regional de Campinas?

- Então, na verdade assim, nos anos 80, houve uma pesquisa em Campinas sobre a reforma agrária. Então, Campinas foi uma das cidades em que 70% de sua população disse sim ao Movimento Sem Terra, ou seja, ela disse sim à Reforma Agrária e que o Movimento Sem Terra agia bem porque era um movimento que buscava a transformação da sociedade e buscava a Reforma Agrária. Nós viemos pra Campinas e a consolidação foi acontecendo gradativamente. Nós fizemos uma secretaria. Nós imaginávamos na época, vários de nossos dirigentes imaginavam na época que talvez Campinas fosse, seria um braço mais político do movimento sem terra. Aqui em Campinas seria o lugar onde a gente buscaria mais apoio

com os sindicatos... mais apoio político na verdade. Mas aí a direção regional sentou e decidiu que faríamos uma ocupação em Campinas. E aí foi feita em Bragança Paulista uma ocupação com o nome de “Terra Sem Males”. E aí nós começamos a consolidar, a gente deixava de fazer o trabalho de base e mandar para outras regiões. A gente fazia o trabalho de base e os interessados na Reforma Agrária ficariam próximos de suas residências de origem, ficariam próximos de Campinas. Então isso aconteceu com o “Terra Sem Males” em Bragança Paulista. Também tivemos despejo, mudamos para uma outra cidade, onde já existia um pré-assentamento do Movimento Sem Terra, existia um outro acampamento que se tornaria assentamento em breve, que é o “Dom Tomás Balduino” ali em Franco da Rocha. E de Franco da Rocha nós fizemos uma ocupação em conjunto com o pessoal da Grande São Paulo, com os militantes da Grande São Paulo, nós fizemos em conjunto um acampamento que veio a se chamar “Irmã Alberta” em homenagem a nossa irmãzinha. Fizemos a ocupação e a partir dessa ocupação a gente foi se consolidando. Então o “Terra Sem Males” em Bragança Paulista foi um momento... vamos dizer assim, o ápice do Movimento Sem Terra Regional aqui da cidade de Campinas.

- E quais eram os setores da sociedade, você citou os sindicatos, né, quais os setores, as entidades que vêm acompanhando o Movimento Sem Terra, que vêm apoiando o Movimento Sem Terra aqui na região de Campinas?

- Então... em alguns partidos políticos há pessoas que nutrem alguma admiração pelo Movimento Sem Terra. Então, há dentro de alguns partidos políticos pessoas que nos apóiam. Então a gente acaba tendo apoio do mandato, também, dessas pessoas. Nós temos aí os sindicatos, que já foi citado, que tem uma pequena contribuição com a gente também. Contribui muito no sentido moral e uma pequena contribuição, no caso, que é pra gente estar mantendo nossas obrigações fiscais, no caso, que seria secretaria, combustível, água, luz, conta de telefone. Então é... pra isso, pra essas coisas existirem tem que ter uma despesa. Então são os sindicatos e os mandatos que têm contribuído com a gente. Aí nós temos as universidades. Em Campinas as Universidades assim é uma extensão do Movimento Sem Terra, porque são vários os estudantes que nos apóiam. Eles vêm para os nossos acampamentos, pros nossos assentamentos, contribuem com a gente em vários sentidos, fazem residência com a gente, nas nossas ocupações eles estão sempre caminhando juntos. Então, na verdade, é uma troca de experiências muito grande que tem o movimento com as Universidades. Eu não estou dizendo reitoria tal, mas os próprios estudantes. São as pessoas que estão estudando hoje para se formarem e para amanhã serem doutores aí. Então esses estudantes também tem uma grande afinidade com o Movimento Sem Terra em algum momento de seus estudos e acabam passando por essa experiência de conhecer esse lado da sociedade, de pessoas mais carentes, pessoas que tem menos poder aquisitivo e que passam por esse estágio de luta num determinado período da sua vida. Então, são as universidades, eu diria mais, entidades estudantis. Então esse sindicalismo, alguns sindicatos, mas não são todos, e alguns partidos políticos, alguns mandatos políticos, nem vou dizer partidos, alguns mandatos políticos é que tem feito essa contribuição com a gente.

- E quem é contra o movimento aqui na região?

- Os latifundiários, a burguesia que defende o latifúndio. Porque na verdade a gente, na região de Campinas, nós temos várias grandes usinas, né. Então Campinas, que antes era uma região cafeeira, deixou isso e hoje é um grande canavial. O que resta ainda de área rural é um grande canavial. Então a gente tem como inimigo esses latifundiários.

Latifundiários e esses grandes, digamos assim, esses burgueses que apóiam esses latifundiários. Porque na verdade a burguesia agrária no Brasil é a mesma burguesia industrial. Não existe uma burguesia agrária separadamente. Então todas as pessoas que possuem hoje uma grande fazenda, uma grande extensão de terra, ela está ligada de alguma forma a indústria e o comércio dentro da cidade, são proprietários de lojas ou de indústrias ou os grandes banqueiros. Então nossa burguesia não tem uma separação. A mesma burguesia agrária é uma burguesia urbana. O cara vive na cidade, ganha dinheiro na cidade, mas é também um latifundiário dono da terra que consegue ter esse status de fazendeiro. Então essa burguesia são nossos inimigos porque o que a gente faz é denunciar o maltrato que eles fazem à natureza, o maltrato que eles fazem com o próprio ser humano enquanto empregado, né, enquanto empregador, porque os empregados sofrem na mão deles. A falta de direitos trabalhistas que muitas vezes estão faltando... porque na verdade eles se enriquecem exatamente através da expropriação do que o pobre tem. O suor, a força trabalhista. Então esses são nossos inimigos, de modo geral. E a política que apóia essa burguesia toda é aquela mesma política, é claro, que se apóia um lado, não pode apoiar o outro. Então são os mesmos partidos políticos que apóiam essa burguesia, são aqueles que mantêm o pobre debaixo de um jugo infundável. Só com muita luta para se ter uma liberdade definitiva.

- Quais foram as maiores dificuldades que a Regional enfrentou aqui na região ao longo de sua existência?

- O Movimento Sem Terra tem grandes dificuldades financeiras. É claro que o militante vai com boa vontade para as ruas, é... faz o trabalho de base com os moradores, de segunda a segunda... Mas ainda assim por ser uma cidade grande e os bairros serem longe, você imagina uma pessoa que sai do centro da cidade pra ir lá pro Florence. Se não tiver um automóvel ou dinheiro pra estar usando o ônibus, o tempo que ele leva pra ir. Se, de repente, ele chega lá, teve uma reunião que termina um pouco tarde, ele chegaria muito tarde de volta no centro. Então a gente tem essa dificuldade financeira, né, que a gente nos trabalhos de base... Trabalho de base a gente poderia dizer que é uma espécie de educação política, né. Você vai nos bairros, você vai discutir. Porque muitas vezes o ser humano pobre, esse que é excluído da sociedade, ele não acredita na política já pela sua condição de excluído. E ele não vê saída nessa sociedade, ele não vê uma forma de ele ser incluído novamente. Então você vai ter que explicar pra ele que é através da política que isso é feito. Muitas vezes ele fala: Eu não mexo com política, porque política é roubaheira, política é pilantragem. De alguma forma ele está certo, mas além de ser pilantragem, além de ser roubaheira, política é aquilo que determina o preço do arroz e feijão, né. Então quando a gente parte para um trabalho de base, na verdade, a gente tá conversando muito sobre isso, então a gente acaba politizando essa sociedade, dizendo pra essas pessoas excluídas que o Brasil tem solução, que tudo tem solução, que tudo tem... que a luta é uma forma de libertação do ser humano e que, às vezes, é necessário você ocupar um pedaço de terra, por exemplo, pra mostrar pro próprio governo que aquela terra lá está com problemas. Que, por exemplo, ela pode estar devendo, ela pode estar desrespeitando a natureza, ela está fora das normas da Constituição. Que toda terra que não cumprir a função social tem que ser desapropriada para fins de Reforma Agrária. E aí, o que é função social, é só produtividade? Não, é produtividade, respeito à natureza, respeito ao trabalhador, o bem estar das famílias empregadas, né. Enfim, são várias coisas, por exemplo, o plantio de drogas. São várias coisas que o cidadão comum, aquele trabalhador diário não sabe que a

Constituição está... que tem um artigo na Constituição que pode fazer com que ele receba uma parcela de terra que ele possa trabalhar para si mesmo, que ele possa viver. Então nossas dificuldades seriam assim, tanto financeiras, né, a gente vive precariamente, não temos condições, por exemplo, de estar pagando em dia nosso telefone. Várias vezes foi cortado. Quando a gente tem um telefone que passa a ser conhecido, vem a Telesp e corta e a gente tem que começar do zero outra vez, né. Então são essas dificuldades. No mais militar, militar é dificultoso, mas é prazeroso também. Então as pessoas que se tornam militantes, elas talvez se tornam militantes mais pelos desafios das dificuldades que existem, né, do que propriamente pelo prazer, mas por desafios, que existem desafios, né. Além disso, você tem que ter uma ideologia, que é esse conjunto de idéias de defender os excluídos e tentar incluí-los, mas também os desafios de você trabalhar na precariedade, de você não ter condições, mas de você estar sempre buscando, sempre tentando alcançar o objetivo final, que é assentamento. Mas isso seria uma tática dentro da estratégia. Porque o objetivo final não seria nem o assentamento, mas essa mudança da sociedade, porque o ser humano, que antes não tinha condições de viver, era considerado excluído e agora ta incluído. Tem um pedacinho de terra, tem condições de plantar e colher. Então ele está sendo transformado também, não está sendo reformado, mas transformado. Porque ele está mudando a vida dele pra melhor, porque ele está se sentindo mais capacitado, mais digno, né. Então, além dessa ideologia, as dificuldades acabam atraindo muito a gente para a militância. A gente acaba sendo atraído muito pelas dificuldades. E é isso, são várias. Mas a questão financeira é a maior. Porque na verdade assim, porque poucas vezes a polícia mexe. Ela só vai mexer com a gente quando a gente está fazendo a ocupação, a gente está no ato de reivindicar um pedaço de terra. Então aí a gente tem um enfrentamento com a polícia, que seria uma outra dificuldade com a gente. Às vezes eles são duros. Eles estão ali fazendo o trabalho deles, vamos dizer assim. É um trabalho meio ruim, meio chato, mas é o trabalho deles. A gente tem que dizer isso, estamos de lado opostos. Mas a dificuldade maior acaba sendo a financeira, que aquela sabe, como é que a gente vai montar... por exemplo, a gente queria montar uma lojinha em Campinas, é um sonho da gente. A gente tem loja de Reforma Agrária em vários lugares do país. Então o nosso sonho é esse também, montar uma lojinha de reforma agrária. Mas e aí? Como a gente vai fazer isso. A gente precisa do produto, do local. A gente precisa, enfim, de começar, de alguma forma tem que começar. E pra começar você depende de finanças, né. Então é dificultosa essa questão. Quando você tem que fazer deslocamentos por exemplo. São necessários carros. Não é que a gente não possa pegar um ônibus, podemos pegar um ônibus. Mas quantas reuniões de base você tem em um dia. Às vezes, você tem que pegar quase cinco ônibus. Então é muito mais dificultoso, se você tem um carro, facilitaria muito a vida. Então, não são dificuldades... dentro dos limites nossos, nós não temos uma dificuldade maior que não possa ser ultrapassada, mas essa financeira é uma dificuldade muito problemática.

- Qual é a característica das famílias que entram na luta aqui na região de Campinas?

- Então, uma delas é a própria, que eu já disse, exclusão. São famílias excluídas. Mas se a gente voltar um pouquinho no passado e pegar a máquina do tempo e ir a 20, 30, 40 anos atrás, a gente vai começar a perceber que o campo começou a ser abandonado, a gente vai perceber que as pessoas começaram a deixar o campo para vir pra cidade. Então quando elas chegam na cidade elas tem uma dificuldade grande. Em principio que é primeiro: os pais dessas famílias, os chefes dessas famílias não tem estudo, porque eles viviam na roça, não tinham aquela necessidade de você saber ler e escrever pra você entender a natureza.

Bastava a percepção do dia-a-dia, a troca de conhecimentos com seus próprios companheiros lá na roça, pra você poder entender a natureza, saber quando plantar e quando colher, saber a lua certa de plantar, a época certa que vai chover. Então o camponês tem isso, tem isso por hábito. A criação da cultura deles é uma cultura totalmente diferente. Então quando eles vieram pra cidade eles foram deixando essa cultura para trás. Essa é uma das características deles. Não sei se o abandono da cultura, mas esse acultramento, eles perderam a cultura, que eles tinham antes. Então esses pais de família foram para os piores serviços, para os piores trabalhos que existem dentro da sociedade urbana. São, é claro, trabalhos dignos, mas trabalhos sufocantes. É o caso de servente de pedreiro, é o caso de serviço braçal, que são vários deles. O gari, o varredor de rua, que hoje já não é possível sem ter um estudo. Mas eles não tinham, eles eram analfabetos, eles vinham de lá e eles não tinham, eles não conseguiam um trabalho melhor do que isso. E mesmo assim eles tinham que criar a família. E geralmente a família camponesa é numerosa. O pai de família não tem um único filho, ele tem seis, sete filhos. E aí refletia nos filhos aquilo que acontecia com ele, não conseguia sustentar toda uma família sozinho porque o pagamento dele era pouco, o trabalho dele era um trabalho mal remunerado. Então ele tinha que tirar cedo os filhos da escola, para eles irem para o mercado de trabalho e ajudarem a criar os outros. E isso se tornou uma bola de neve. Então, quer dizer, poucos conseguiam passar ali da quarta série, da quinta série. Então eles estudavam até aí e pronto. Então eles foram ficando na cidade, mas foram, de certa forma, se excluindo também. Então, tem hoje sem terra, que está dentro dos acampamentos e dentro dos assentamentos, que, na verdade, eles não tiveram, assim, oportunidade de plantar, de colher. Eles tiveram trabalhos braçais na cidade. E temos também os sazonais, né. Aquelas pessoas que vêm para a cidade em torno da capital, Campinas, no caso, Ribeirão Preto, aqui é... Limeira, Rio Claro, São Carlos, Barretos. E tem esse pessoal que veio para essas cidades consideradas maiores também abandonando a roça e chegando ali eles tiveram que se tornar trabalhadores sazonais. Então eles são ali, apanhadores de laranja, eles são os cortadores de cana, são os jardineiros que passam nas casas das madames da cidade. Eles tem esses trabalhos sazonais. Então quando se fala de conquista de terras para esse pessoal, a gente vê o brilho nos olhos deles. Então a característica é uma característica, digamos assim, eles são camponeses, de terceira, já de terceira geração, que na cidade não tiveram oportunidade. Então são poucos que estão dentro dos sem terra hoje que tiveram uma oportunidade na cidade. A maioria não teve oportunidade. Também não são bandidos, não são aquelas pessoas que caíram para o banditismo. São camponeses de segunda, de terceira geração aí que não tem saída na cidade, que não tem condições de sobreviver nas cidades. Dentro do Movimento Sem Terra eles acabam se formando, aprendem a plantar, aprendem a colher, aprendem a viver no sítio, né. Então acho que a característica seriam essa. Não sei se é bem essa a pergunta que você fez, mas...

- Como que é o processo de participação política dessas pessoas, de envolvimento com a organização...

- Então, essa é uma tentativa que a gente faz sempre. Porque, como eu já disse, no próprio trabalho de base é colocado pra essas famílias, pra essas pessoas, a necessidade da luta diária pra você ter conquistas. Já que você não tem escolaridade, você não tem boa escolaridade, você não tem um emprego bem remunerado, você não um trabalho bem remunerado, então pra você se incluir, você tem que fazer a luta. Então, você tem que conquistar o seu espaço. Vamos comparar a cidade mais uma vez com uma selva. Então

você tem que buscar o seu espaço. Então dentro do Movimento Sem Terra a gente tenta formar essas pessoas e demonstrar para elas o sentido político que a luta tem... o que é determinante na política, que tudo que você faz é uma espécie de política, mas quando eles vêm para o movimento normalmente eles tem ojeriza disso. Então pra votar, pra que que eu votar? Pra que que eu vou perder meu tempo? Ou eu posso votar pra qualquer um deles que tudo é a mesma... faz parte da mesma panela. E daí com o tempo eles acabam compreendendo que não é bem assim, né. Eles acabam aprendendo a ter essa consciência política de que é possível mudar, é possível transformar a sociedade, é possível transformar o cidadão ou o camponês. É possível ter uma luta sadia em busca desses objetivos e que a política faz parte disso tudo. É impossível você fazer qualquer coisa que não esteja relacionado com a política. Porque você vive praticamente determinado pela política. Quando você nasce, tem lá o hospital, o hospital é público ou é particular, qual o preço da injeção, qual é o médico que vai atender a parturiente, né. Então, quando você nasce, você tá ali e tudo aquilo já é determinado por política. Então quando você vem ao mundo, você começa a dar seus primeiros passos e é determinado politicamente, o preço da fralda, o preço do seu sapatinho, o preço da sua roupa, como vai ser isso. Mas até aí tudo bem, você tá passando por esse processo sem entender nada. Mas um dia você vai ter que fazer parte dele. E é isso que inclusive, com a ajuda de algumas outras camadas da sociedade, por exemplo, os universitários que conversam bastante nesse sentido, é... a gente tem a nossa própria história de luta. Nós não temos heróis, porque o homem que precisa de heróis é um coitado, né. O homem que precisa de mitos é um coitado, porque se ele precisa de mitos é porque ele tem que imitar alguém. Então a gente não tem mito, mas a gente tem aquelas pessoas que a gente respeita como lutadores e, através das histórias de vida desses lutadores o nosso povo vai aprendendo também um pouco. Nós temos por exemplo aqui no pré-assentamento Milton Santos. Então é interessante quem foi o Milton Santos, qual foi o motivo da luta dele. Por que a gente homenageia ele hoje, né. Então é interessante que eles vão aprendendo a tratar a política de uma forma diferente.

- Você disse que as pessoas que estão ingressando na luta aqui na região metropolitana, das cidades, muitas vezes são de segunda ou terceira geração daqueles que vieram da roça. E daí como é o processo de criação dessa identidade camponesa, e um camponês diferente, que é um camponês que participa ativamente da política, né. Como que funciona esse processo de criação dessa identidade cultural dentro do movimento, principalmente nas regiões próximas aos grandes centros urbanos?

- O camponês, ele sempre, apesar de ser tratado como analfabeto no Brasil, porque, na verdade, a maioria deles foram analfabetos, infelizmente. Não devia ser assim, devia existir uma política de educação para o campo, né. Mas o camponês sempre participou da política. É interessante isso, muito interessante. Ele sempre participou da política. A gente pode citar Porfírio Dias, né. A gente pode citar vários outros camponeses que participaram da política. Então... eu vou entrar em contradição agora, porque eu disse que a cultura morre, que eles vão sendo aculturados, né, a televisão acaba consumindo essa grande massa. Porque você tem ali, seis horas da tarde, cinco e meia da tarde, parece, começa a primeira novela e isso vai até quase dez horas da noite. Então você fica absorvido pela televisão na verdade e você perde algumas culturas. Como aquela cultura, por exemplo, de sentar a família em volta de uma fogueira e trazer o saci ali para o meio. Criar o saci, criar o curupira, né. Quer dizer que a natureza foi sendo destruída e na medida que a natureza foi sendo destruída, esses seres mitológicos, esses seres folclóricos, do curupira, da mula-sem-cabeça, que faziam, na

verdade, a proteção desse meio ambiente, a iara e tal, né, eles foram acabando. O camponês acredita muito nisso. No boto cor-de-rosa, por exemplo, no saci enquanto defensor da natureza, no curupira, né, muito nervosinho, dando pancada em todo mundo ali que tentasse destruir uma árvore. Então eles tinham essa cultura que foi tomada pela televisão. Então eles trocaram o curupira pela novela das cinco e meia, acho que o saci pela das seis, enfim, eles foram trocando os personagens por novelas. Mas eles ainda tem assim, aquela cultura do sonho. Eles tem a mística ainda de sonhar com a terra. Primeiro em sonhar em ser dono do próprio nariz. E isso você só consegue quando você tem algo de seu, onde você possa trabalhar para você mesmo. Onde você possa ter suas obrigações e as suas preocupações, mas dentro de algo que você está fazendo pra você, sem precisar convidar ninguém para participar desses lucros. Então ele sempre tem esse sonho, o sonho de ter um pedaço de terra. Porque o vovô dizia, o papai dizia, a vovó dizia que lá na roça por exemplo, em qualquer lugar você planta um pé de batata doce. Isso se alastra e então em qualquer tempo que você quiser você arranca batata doce, você rança a fruta da batata e é só deixar a rama que, com um pouquinho de terra ela volta a nascer, né. Então... eles sempre ouviram dizer que ter um porquinho no chiqueiro é muito bom porque chega no fim do ano você não tem aquelas despesas com isso, você tem a gordura do próprio porco que você pode usar na alimentação. A galinha caipira você cria algumas galinhas e você tem condição de ter a carne fresca da galinha ali no quintal e você tem também os ovos que ta ali, que é pra isso que elas tão ali. Então quer dizer, eles sempre ouviram esse tipo de história, sempre ouviram que a roça é melhor que a cidade, só que eles não tinham saboreada isso com mais... né. E aí quando eles acabam ouvindo da militância do Movimento Sem Terra a possibilidade de ter um pedaço de terra deles mesmo, eles acabam caindo na tentação da conquista. Eles acabam ouvindo e aqueles uns que pouco entendem acabam aprendendo com os outros, com os demais. Mas nós ainda temos bons roceiros, viu. Mesmo vivendo na cidade nós ainda temos bons roceiros. Temos pessoas ainda que entendem de tudo mesmo sobre roça, sobre plantação e sobre colheita. Ainda existe esse ser humano ainda, está em extinção, mas ainda existe.

- Quais são os maiores desafios da Regional atualmente?

- Nós estamos com um, alguns chamam de pré-assentamento, eu prefiro chamar ainda acampamento, né. Que é o acampamento "Milton Santos", é um pré-assentamento segundo o INCRA. Ou seja, a gente veio como assentamento emergencial. Então o nosso desafio é fazer com que esse se torne um assentamento verdadeiro, que a gente possa conquistar mais áreas, porque a que nós temos é de 104 hectares e nós temos 96 famílias pra serem assentadas em cima de 104 hectares. E desses 104 hectares ainda tem que descontar em torno de 40 hectares para que seja feita uma área de preservação permanente da natureza. Então a gente acaba ficando aí com pouco mais de 60 hectares para 96 famílias. Então o desafio nosso é conquistar mais áreas. A gente poder conquistar, aqui do lado tem uma área do estado. E a gente ter essa sensação de poder conquistar mais esse espaço pro Movimento Sem Terra, pra assentar essas famílias. Tem outros desafios, né. O desafio político de fazer com que esse assentamento tenha qualidade de vida para que no futuro as pessoas possam ver a capacidade que tem esses seres humanos que nós acabamos de falar tanto, né. Que são aqueles seres humanos que estavam de certa forma excluídos na cidade e que, de certa forma, estão mostrando a capacidade deles de trabalhar. Nosso acampamento é muito bonito de se visitar, a gente vê milho, feijão plantado. A gente vê... em grande quantidade, não é pequena, porque cada um planta um pouquinho, acaba sendo bastante. A gente vê

bastante quiabo plantado, abóbora, enfim, nessa fase de pré-assentamento nós temos bastante plantio. Mas nós precisamos de uma área verde ao redor desse assentamento. Ao redor de cada lote, a gente precisa estar cercado esse lote com cercas vivas, com árvores, com... né. Pra da mais qualidade de vida, retratar aqui o que o ser humano fez com a natureza, né. Devolver pra natureza árvore, espaço pra que a natureza possa florir também. Então o nosso desafio é ter um assentamento de qualidade, onde a natureza é respeitada, o ser humano é respeitado e vivam em harmonia, as duas coisas sem precisar uma coisa degradar a outra.

- Gostaria de fazer algumas considerações finais?

- Eu gostaria de agradecer o entrevistador pela paciência, dizer que a gente está sempre à disposição e que é muito gostoso falar do Movimento Sem Terra, é muito gostoso falar da nossa luta diária. Que não é fácil, mas é o desafio que a gente acaba abraçando com muita sinceridade mesmo e com muita alegria, que a gente vai vendo os obstáculos sendo afastados um a um. E queria dizer pra você que você está de parabéns de participar dessa luta com a gente no dia-a-dia.

- Obrigado.

## **Anexo 2. Transcrição de entrevista com moradora do “Milton Santos” sobre a história do Acampamento**

Estamos aqui no pré-assentamento Milton Santos, dia 2 de novembro, dia dos Finados, para mais uma entrevista, agora sobre a história da ocupação Milton Santos. Então eu to aqui no barraco da Cida.

- Cida, como você ficou sabendo da ocupação?

- Eu fiquei sabendo na realidade através de uma colega minha. Que eu pagava aluguel para ela e ela chegou em mim e falou assim: Ah Cida ta tendo ocupação na Malavazi, aí eu falei: Ah não. Aí ela falou: Mas não é o sonho do seu marido, que ele quer ir?! Aí eu falei assim: Eu vou ligar no celular pra ver se ele quer ir. Aí eu liguei e aí rapidinho ele falou: Ah não, a gente vai sim. Aí eu falei: Então vem aqui pra gente conversar. Aí ele foi, fechou bar e veio, foi na casa pra conversar comigo, aí a gente conversamos e fomos lá, aí a gente marcou o terreno. Aí no outro dia a gente foi fazer o barraco e ficamos.

- Como foi essa conversa que vocês tiveram?

- Ah, a gente... ele falou que era o sonho dele, que ele planta, que ele faz plantação, então eu disse então vamos né, que eu pagava aluguel. Aí a dona da casa mesmo que me ajudou. Ela falou: Não, você tem que ir, você tem que ir, que se fosse eu não ajudava, queria ficar recebendo o aluguel. Aí nos combinamos e falou: vamos então.

- Você morava aonde?

- Eu morava ali no Degã, em Limeira. Aí a gente foi.

- A decisão de ir pra ocupação, então, foi a partir dessa reunião que vocês tiveram.

- Isso. Eu não tava sabendo, daí a mulher falou pra mim, aí eu liguei pra ele na hora. Aí ele falou assim: você quer ir? Eu falei: quero. Aí a gente arrumou as coisas e fomos. Fizemos o barraco de bambu e já ficamos lá.

- Direto né?

- Direto.

- E pararam de pagar o aluguel.

- Paramos de pagar o aluguel.

- Que que os parentes, os amigos acharam?

- Ah, Minha irmão achou um absurdo, ela achou um absurdo. Falou que era sofrimento. Ela chegou a pegar o meu menino, levar pra casa dela. Ele ficou lá uns dias. Aí ela voltou porque deu uma chuva forte, né. E molhou todas as coisas. Aí ela começou a falar que era sofrimento. Minhas colegas, tudo virou as costas e falou: Não acredito que a Cida vai pra esse lugar. Eu falei: Eu vou e vou ficar. Aí eu fiquei.

- E você já levou toda a mudança?

- Levei tudo. E a dona da casa que me ajudou, ainda, a levar.

- E você chegou depois de quantos dias que eles tinham ocupado. Porque eles ocuparam dia 12 de novembro.

- Isso. Eu cheguei depois de 2 dias.

- Foi no sábado e você chegou na segunda-feira?

- Na segunda-feira.

- Como você achava que seria a ocupação?

- Ai, na realidade, eu achava assim... Pelo que passava na televisão eu achava um absurdo. Porque falava que matava, que polícia ia, batia. Aí eu sempre com medo. Aí depois que eu tava lá eu não via nada disso. Não acontecia nada disso, que falava que polícia batia que fazia isso.

- Como você achava que seria a vida no acampamento?

- Ai, eu sempre achei que era uma vida melhor, uma espécie assim de tranquilidade, a gente fica assim mais despreocupada com as crianças. Porque na cidade mesmo, toda hora tem que andar com portão fechado, com medo, ia pra escola com medo. Acontecia alguma coisa, a gente já pensava nos filhos na escola. Então pra mim, tranquilo.

- Mas suas famílias falaram: Você vai pra aquele lugar...

- É... tem amigas minhas que até hoje não conversam comigo. Não conversam.

- Como será que elas achavam que seria a ocupação?

- Ah, elas achavam o mesmo que eu e acham até hoje. Aí quando penso que não... aí veio uma colega minha e disse: Nossa, não é nada do que eu vi, nada do que os outros falam... Eu falei: Não é, não é mesmo. Aí ela pegou e falou assim: Isso mesmo Cida, luta, não desiste. E a gente pensado assim que era coisa de outro mundo. Aí elas vieram, olharam os barracinhos. Ela falou assim: Coitado, que é de lona, é quente. Aí eu falei: Ah não, mas ta bom... Aí agora...

- E... a vida no acampamento... você tinha uma idéia assim, porque você foi para a ocupação, mas já tinha uma base assim do que seria? De como seria sua vida a partir daí?

- Oh, eu ...

- Quando você decidiu ir pra ocupação, você pensou nisso?

- Se eu pensei assim, como... como seria minha vida aqui?

- É.

- Eu pensei, melhora mesmo, que minha vida ia melhorar e melhorou. Porque lá eu pagava aluguel, eu tinha que estar soldando (bijouterias) 24 horas pra pagar aluguel, pra pagar água e força. Só o aluguel era 150. A força era 80. Tinha vez que era 30 da água. Então eu sofria mesmo lá. Pegava cesta básica, tinha que dormir, tinha que ir três horas da manhã para pegar oito horas. Já aqui não, é mais tranquilo.

- E como foram as ocupações que você participou, na Santa Júlia e em Americana, aqui depois?

- Nossa, na Santa Júlia foi dureza. Foi assim, foi ali que eu comecei a descobrir a realidade e o sofrimento das pessoas. Mas não que é aquele sofrimento de mal, é o sofrimento pra pessoas cair na realidade e dar valor. Dar valor a um pedaço de terra, assim, porque foi terrível. Quando eu cheguei naquele lugar às três horas da manhã eu comecei a chorar. Só via mato, mato, mato. Aí eu pensei em ir embora, eu comecei a chorar. Aí o Lió (marido) falou assim: Não Cida, mas não é assim. Espera amanhecer que aí a gente faz o barraco, não sei o que... Aí eu sempre ali, ele sempre me dando apoio e falando: Não, não é assim, a gente tem que lutar pra conseguir. Aí depois a gente começou a fazer o barraco, eu comecei a fazer comida, as crianças começaram a brincar, aí eu fiquei normal. Aí eu já... Aí depois que eu tava dentro do barraco eu falei: Ai que gostoso. Achei melhor ainda que na Santa Júlia, do que na Malavazi.

- Por que você achou melhor?

- Porque lá tinha mais espaço. Lá tinha rios, aquelas lagoas. O único problema lá, era que a dificuldade era a água. Inclusive era o João do porco que levava para a gente a água, lá. Mas gostei também.

- E quando chegou praça?

- Ai... outro sofrimento (risadas). Quando a gente veio pra cá, quando a gente chegou que tirou todas as mudanças daqui, caiu um temporal forte de chuva, eu tinha furado meu pé num prego e meu pé tava desse tamanho. Mas choveu, choveu, choveu mesmo, aquele pé d'água mesmo. Aí o marido da minha colega me levou na Santa Casa e ele ficou cuidando das minhas crianças. Aí eu fui atendida lá tudo, tomei injeção, voltei, debaixo de chuva. Quando eu voltei, quando eu olhei, meus filhos tudo assim dentro de uma poça de água num cochão, outro desespero. Comecei chorar pra querer ir embora. Eu entrei em desespero. Que eu vou embora, eu vou embora, eu vou embora. Aí minhas colegas: Não, Cida, não vai, calma. Vai passar a chuva, a gente vai construir os barracos. Aí eu fiquei mais calma. Não dormi de noite, aí quando deu noutro dia, aí a gente fez o barraco, aí eu fiquei mais tranqüila. Mais sempre com medo

- Tava com medo do que?

- Assim, na hora que a gente chega, que você chega assim, você tem que arrumar barraco, você tem, entendeu, que colocar tudo no lugar. E o dia que eu cheguei, foi esse desespero, debaixo de chuva, não tinha nem a onde entrar debaixo. Foi um sofrimento, é sofrido. Mas valeu a pena.

- E aquela outra ocupação aqui em cima, que que você achou?

- Bom, aquela ocupação ali em cima foi mais uma lição pra mim aprender que, a gente pra ocupar não é só chegar e já entrar e achar uma coisa bem pronta, uma coisa bem feitinha pra entrar dentro. Tem que ter um sofrimento, tem que ter alguma coisa pra gente saber dar valor. E com certeza ali também foi ótimo a ocupação. E agora acho que a gente vai poder ter uma vitória, dali.

- E agora, se tiver outra ocupação, você acha que vai ter o mesmo medo que nas outras?

- Não, já perdi... Eu fui em uma em Ribeirão Preto e a de Ribeirão Preto foi doída. Só que eu não tive medo. E a de lá foi pior. Tinha cavalaria de choque. Tinha... tinha tanta coisa. Tinha bastante polícia. Tudo lá pra tirar a gente, mas eu não fiquei com medo, eu já acostumei, todas que tem eu vou. Eu vou pra ajudar o povo sim. Não é porque já estou aqui no meu sossegada que eu não vou tentar ajudar os povos lá fora. Eu tenho que mostrar pra eles deixar de ter medo igual eu tinha. Eu morria de medo.

- E como foram os primeiros dias no acampamento?

- Ah, os primeiros dias, foi tudo normal, a gente fez o barraco. Eu chamo de casa, não chamo nem de barraco. Sinceramente depois desse dia pra cá, tudo normal, não teve nada, sempre fomos bem servidos, vinha doação, dividia as coisas pra gente. Tudo normal mesmo.

- É que os primeiros dias, é os dias da mudança, que você saiu de uma vida e começou...

- Começou outra, é o que eu tava falando pra você, só que foi mais feliz. Porque pra mim, eu tava buscando uma coisa pra mim, que na cidade eu não tinha nada. Pelo menos aqui eu sei que eu tenho.

- E quais foram as maiores dificuldades enfrentadas no acampamento?

- Ai, as maiores dificuldades é sobre... sobre assim alimentação, começou, tinha um pouco de dificuldade. E lá na cidade eu tinha, tipo assim, uma ajuda assim, de colegas, eu via meus filhos, chorava. A minha menina de 12 anos reclamava: Aqui não é lugar pra ficar. Mas foi indo, foi controlando, foi controlando, o Lió foi fazendo as coisinhas. Deu certo. Mas a dificuldade mais grande foi essa, porque é duro você ta assim em um lugar e ver seus filhos pedindo uma bolacha, pedindo uma coisa, acho que a dificuldade mais grande para

mim foi essa. Agora sobre a terra, sobre as amizades, foi normal. Teve problemas, em todo lugar tem problemas, mas foi normal para mim.

- Que que você espera da continuidade da luta a partir de agora?

- Eu espero que seja melhor ainda do que está. Não só pra mim, não só pra nós que ta aqui no pré-assentamento, mas também pra aqueles que tão querendo vir junto com a gente.

- Você queria falar mais alguma coisa?

- Ah, eu só espero, eu só quero falar assim... deixa eu ver... que eu sou muito feliz, né, por estar aqui no Milton Santos e a partir de todos os momentos que tiver alguma ocupação eu vou, mas vou com o coração puro e alegre pra ajudar quem também está querendo um pedacinho de terra para plantar. Só isso.

- Ta bom, brigado então viu Cida.

- De nada.